Escola Superior de Gestão e Tecnologia [IPSantarém]

O papel das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) na economia social: o caso do concelho de Peniche

Dissertação apresentada para a obtenção do grau de Mestre em

Gestão das Organizações de Economia Social

Hélia Alexandra Nunes Gavino

Orientador:

Professora Doutora Cláudia Urbano

2014/01

À minha filha,

Matilde

“Persista, insista mas nunca desista.
Adversidades sempre haverão, mas nenhuma
será tão forte como a sua motivação, e o seu
desejo de vencer e alcançar seus objetivos e sonhos.”

(Guilherme Albuquerque)

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar e especialmente quero agradecer à minha filha Matilde, à qual não pude prestar a devida atenção durante o Mestrado.

Ao meu marido pelo apoio e compreensão que teve durante todo o Mestrado.

À Professora Cláudia Urbano, orientadora desta dissertação, que foi incansável desde o início deste projeto, principalmente pela sua dedicação e disponibilidade.

A todas as IPSS do concelho de Peniche que prontamente se disponibilizaram a responder ao questionário e desta forma, ajudaram na concretização deste projeto.

À minha entidade empregadora, "ADEPE - Associação para o desenvolvimento de Peniche" e à Coordenadora Executiva, minha colega e amiga Ana Cláudia Silva, por todo o apoio, nomeadamente pela flexibilidade de horário concedido ao longo do mestrado.

À minha família pelo apoio e à minha colega e amiga Mónica, que me acompanhou desde o início do mestrado e que me deu muita força para continuar.

A todos aos que contribuíram, direta ou indiretamente, para a concretização deste trabalho.

A todos,
MUITO OBRIGADA!

RESUMO

O tema selecionado para desenvolver em dissertação de mestrado enquadra-se no âmbito das Organizações de Economia Social, nomeadamente no que respeita às Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS).

Em termos mais concretos, através deste trabalho pretende-se fazer uma caraterização das Instituições Particulares de Solidariedade Social do concelho de Peniche, percebendo qual o seu papel na economia social.

Para a concretização dos objetivos definidos socorremo-nos de uma revisão bibliográfica procurando definir os principais conceitos associados à economia social e às Instituições Particulares de Solidariedade Social.

A metodologia utilizada assentará na aplicação de um inquérito por questionário a todas as Instituições Particulares de Solidariedade Social do concelho de Peniche.

Palavras-chave: Economia Social, Instituições Particulares de Solidariedade Social

ABSTRACT

The main subject of the final project for the master's degree on Social Economy Organizations Management were Private Institutions of Social Solidarity.

Specifically, the main goal is to characterize Private Institutions of Social Solidarity of Peniche and to understand their role in the Social Economy.

To achieve these objectives, we have drawn on a bibliographic review in order to define the key concepts related to Social Economy and Private Institutions of Social Solidarity.

The methodology used is based on a questionnaire survey addressed to all the Private Institutions of Social Solidarity of Peniche.

Keywords: Social Economy, Private Institutions of Social Solidarity

ÍNDICE

INTRODUÇÃO **12**

I PARTE – Enquadramento Teórico **16**

Capítulo 1 – Organizações sem fins lucrativos **16**

1.1. Economia social 16
1.2. A importância da Economia Social em Portugal 18
1.3. A evolução da Economia Social em Portugal 21
1.4. As organizações da Economia Social 22
1.4.1. Cooperativas 27
1.4.2. Mutualidades 28
1.4.3. Misericórdias 29
1.4.4. Fundações 29
1.4.5. Associações e outras OES 31
1.5. Principais Recursos: Financiamento e Voluntariado 32

Capítulo 2 – Instituições Particulares de Solidariedade Social – IPSS **37**

2.1. Enquadramento Legal 37
2.2. Caracterização das IPSS 38
2.2.1. Estatutos 39
2.2.2. Constituição 40
2.2.3. Registo 40
2.2.4. Equiparação (Casas do povo e Cooperativas de Solidariedade Social) 41
2.2.5. Cooperação do Estado 41
2.3. As IPSS em Portugal 41
2.4. O Enquadramento das IPSS nas respostas sociais 44

PARTE II - ESTUDO EMPÍRICO APLICADO ÀS IPSS DO CONCELHO DE PENICHE **51**

Capítulo 1 – Caraterização do Concelho de Peniche **51**

1.1 Dimensão geográfica e demográfica 51
1.2 Dimensão económica 53

Capítulo 2 – Identificação das organizações de economia social do concelho de Peniche **55**

2.1 Organizações de economia social do concelho de Peniche 55

Capítulo 3 – Metodologia **59**

3.1 Objetivo e questão de investigação 59
3.2 Hipóteses de investigação 60

3.3 Tipo de estudo ... 60
3.4 Instrumento de recolha dos dados ... 61
3.5 Procedimentos adotados ... 63
3.5.1 Pré-teste ... 63
3.5.2 Aplicação do questionário ... 63
3.6 População-alvo ... 64
3.6.1 Caracterização da população-alvo ... 64

Capítulo 4 – Análise de Dados ... 65

4.1 Caraterização das IPSS no concelho de Peniche ... 65
4.1.1 Distribuição das Instituições por Concelho ... 65
4.1.2 Natureza Jurídica das IPSS do concelho ... 66
4.1.3 Fim estatutário das organizações ... 67
4.2 O âmbito das IPSS ... 67
4.2.1 Serviços prestados ... 67
4.2.2 As parcerias e as relações organizacionais das IPSS ... 72
4.3 Componente Económica ... 73
4.3.1 Fontes de Financiamento ... 73
4.4 As IPSS face ao mercado de trabalho ... 74
4.4.1 Trabalhadores remunerados ... 74
4.4.2 As características dos trabalhadores remunerados ... 76
4.5 O enquadramento do trabalho voluntário nas IPSS ... 78
4.5.1 A composição etária dos voluntários nas IPSS ... 78
4.5.2 O tempo disponibilizado pelos voluntários às IPSS ... 79
4.5.3 Atividades desenvolvidas pelos voluntários nas IPSS ... 79
4.5.4 A importância do trabalho voluntário para as IPSS ... 80
4.6 A perceção subjetiva das IPSS do concelho de Peniche face ao emprego ... 81
4.6.1 A importância da sua organização no domínio do emprego ... 81
4.6.2 A importância das IPSS em geral no domínio do emprego ... 82

Conclusões ... 83

Bibliografia ... 86

APÊNDICES ... i

APÊNDICE A ... ii
APÊNDICE B ... xi
APÊNDICE C ... xii
APÊNDICE D ... xiii
APÊNDICE E ... xiv
APÊNDICE F ... xv
APÊNDICE G ... xvi

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Classificação das Atividades das Organizações da Economia Social – exemplos de entidades.... 24
Quadro 2 - Entidades da Economia Social 25
Quadro 3 - Principais Indicadores por Grupos de entidades da Economia Social (2010) 26
Quadro 4 - Participação dos portugueses nas atividades de voluntariado 33
Quadro 5 - Número de Voluntários por tipo de instituição 35
Quadro 6 - IPSS por grupos de entidades da ES e por atividade (2010) 42
Quadro 7 - Distribuição geográfica IPSS em Portugal 44
Quadro 8 – Respostas Sociais para Crianças e Jovens 46
Quadro 9 – Respostas Sociais para População Adulta 47
Quadro 10 – Respostas Sociais para Família e Comunidade 48
Quadro 11 - Evolução da População residente no concelho de Peniche (1991 a 2011) 52
Quadro 12 - Evolução da estrutura etária da população residente no concelho de Peniche (1991-2001) 53
Quadro 13 – Listagem, por ordem alfabética, das organizações de economia social do concelho de Peniche 56
Quadro 14 - População em estudo-alvo 64
Quadro 15 - Distribuição das IPSS por freguesia 66
Quadro 16 - Natureza jurídica 66
Quadro 17 - Fim estatuário da organização 67
Quadro 18 - Nº de utentes por atividades 70
Quadro 19 - Nº de utentes em lista de espera 71
Quadro 20 - Projetos IPSS 72
Quadro 21 - Entidades com as quais as IPSS têm parcerias 73
Quadro 22 - Fontes de financiamento 74
Quadro 23 - Número de trabalhadores remunerados 75
Quadro 24 – Distribuição dos trabalhadores por grupo 76
Quadro 25 – Distribuição dos trabalhadores por Género 76
Quadro 26 - Nível de Habilitações Literárias dos trabalhadores remunerados 77
Quadro 27 - Remunerações dos colaboradores 77
Quadro 28 - Idade dos voluntários 79
Quadro 29 - Distribuição do Voluntariado por Horas de Trabalho 79
Quadro 30 - Atividades desenvolvidas pelos voluntários nas IPSS 80
Quadro 31 - Gestão Horário de trabalho xii
Quadro 32 - Importância do trabalho voluntário para a sua organização e para os próprios voluntários xiii
Quadro 33 - Importância da atuação da sua organização no domínio do emprego xiv
Quadro 34 - Ações que considera necessário implementar na organização xv
Quadro 35 - Importância da atuação das IPSS em geral no domínio do emprego xvi

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Entidades da Economia Social, por atividade 19
Gráfico 2 – Emprego remunerado na ES (ETC)..... 20
Gráfico 3 - Percentagem de instituições que contaram com a colaboração de voluntário em 2005..... 34
Gráfico 4 – Recursos, despesas e Necessidade Líquida de Financiamento das IPSS 43
Gráfico 5 – Peso relativo das IPSS na Economia Social..... 43
Gráfico 6 – Distribuição das entidades proprietárias, segundo a natureza jurídica..... 45
Gráfico 7 – Distribuição das respostas sociais por população-alvo no Continente 2012 49
Gráfico 8 – Evolução das respostas sociais por população-alvo no Continente 2000-2012..... 49
Gráfico 9 - População Residente no concelho de Peniche, segundo grupo etário em 2011 52
Gráfico 10 - Evolução do Emprego no Concelho de Peniche por sectores, 1991, 2001 e 2011 (%)..... 54
Gráfico 11 - População residente no concelho de Peniche, por Freguesia 65
Gráfico 12- Atividades desenvolvidas pelas IPSS..... 68
Gráfico 13 - IPSS com projetos para o futuro 71

SIGLAS E ACRÓNIMOS

CASES - Cooperativa António Sérgio para a Economia Social

CAOES - Classificação das Atividades das Organizações da Economia Social

CDSS - Centros Distritais de Segurança Social

CIRIEC - Centro Internacional de Pesquisa e Informação sobre Economia Pública, Social e Cooperativa

CNIS - Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade

CSES - Conta Satélite da Economia Social

DGSS - Direção Geral da Segurança Social

EIPSS - Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social

ES - Economia Social

ETC - Unidades de trabalho a tempo completo

FBC - Formação Bruta de Capital

ICNPO - Classificação Internacional das Instituições sem Fim Lucrativo

INE - Instituto Nacional de Estatística

IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social

MSESS - Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social

OES - Organizações de Economia Social

RSES - Rede de Serviços e Equipamentos Sociais

VAB - Valor Acrescentado Bruto

INTRODUÇÃO

A economia social é uma das áreas mais recentes das Ciências Sociais, reunindo saberes da Economia, Direito, Sociologia, Gestão, entre outros. Segundo Barea e Monzón (1992, citados por Caeiro, 2008), podemos definir as organizações associadas à economia social como um grupo de empresas e instituições que, para além da sua diversificação jurídica e heterogeneidade de funções, está ligado através de uma ética comum assente na solidariedade e na prestação de serviços aos seus membros e no interesse geral, sendo as cooperativas a sua representação mais genuína.

Sendo um conceito que ainda não está expressamente consagrado na lei portuguesa, na Constituição da República Portuguesa, artigo 80º, são referidos três setores que organizam a economia nacional, a saber: setor privado, setor público e setor cooperativo e social.

Essa vertente social da economia integra aquelas organizações que, não sendo Estado, produzem bens e serviços de interesse geral e que, sendo privadas, não têm como objetivo principal a apropriação individual do lucro (Ferreira, S. 2000). Engloba uma diversidade de organizações da sociedade civil com enquadramentos legais próprios e de naturezas jurídicas distintas, mas que apresentam traços comuns – associações, fundações, cooperativas, mutualidades.

Em Portugal, as organizações de economia social têm atualmente assumido uma função relevante ao nível da coesão social, através do combate a diferentes formas de exclusão social, estimulando a criação de emprego e melhorando as condições de empregabilidade.

Estas organizações são consideradas como um dos elementos mais significativos na estrutura de governação dos sistemas económicos devido às suas funções crescentes no fornecimento de bens e serviços e na criação de emprego.

O aumento da importância das suas potencialidades não é só consequência da necessidade de colmatar algumas lacunas da própria sociedade civil e as quais o Estado não consegue suprimir e o Mercado não se interessa por colmatar, mas também surge da preocupação e da necessidade de responder aos novos problemas com que se defrontam as sociedades atuais, como o desemprego, a pobreza e a exclusão social.

A economia social tem ajudado a criar novos e a manter postos de trabalho em sectores de atividade e empresas em crise ou em risco de fechar, aumentando o nível de estabilidade no emprego. Tem permitido criar novos empregos, manter ofícios, explorar novas profissões e desenvolver percursos de inserção de emprego, especialmente para pessoas desfavorecidas e identificadas em processos de exclusão social (CIRIEC, 2000).

Na síntese do relatório elaborado a pedido do Comité Económico e Social Europeu pelo CIRIEC em 2007, encontramos a referência ao facto de que «na Europa, nas últimas décadas, as estatísticas têm demonstrado que a economia social é um potente setor gerador de emprego e com maior sensibilidade para o emprego que os outros setores».

Conforme referido por Silva (2010), num artigo sobre a crise, publicado na Revista Sociedade e Trabalho, a economia social, em Portugal como em muitos países, não tem merecido a respetiva visibilidade em termos de contributo para o produto nacional, a começar pela escassez de informação estatística, nem tem despertado o devido interesse por parte dos poderes públicos concretizado em incentivos e estratégias de fomento deste sector.

Em Portugal, a maioria das organizações de economia social são Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), que podem ser de natureza associativa ou de natureza fundacional. Estas têm como objetivos o apoio social à família, crianças e jovens, idosos e integração social e comunitária, mediante a concessão de bens e a prestação de serviços.

Face ao exposto, pareceu-nos pertinente tomar como objeto de estudo este tipo de instituições de economia social, analisando-o num concelho em concreto. Nesse sentido, pretende-se com esta investigação analisar o papel que as IPSS têm no concelho de Peniche. Esta motivação assenta na ausência de estudos empíricos referentes a esta temática nesse concelho. Neste sentido foi formulada a seguinte questão de investigação:

"No âmbito da intervenção social, qual o papel desempenhado pelas IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social – de que o concelho de Peniche dispõe?"

Desta questão de investigação decorrem os seguintes objetivos gerais da tese:

(i) Contribuir para um melhor conhecimento sobre as IPSS, em particular no concelho de Peniche;

(ii) Contribuir para um incremento do conhecimento científico no domínio da economia social.

Com o objetivo de responder à nossa questão de investigação será igualmente importante procurar caracterizar as Instituições quanto à sua natureza jurídica, fins estatutários, fontes de financiamento, relações interinstitucionais, atividades desenvolvidas e os recursos humanos com enfoque no voluntariado, construindo assim uma visão mais global em torno das mesmas.

A escolha deste tema e do concelho de Peniche para a elaboração deste estudo está relacionada com a atividade profissional que realizamos e que nos foi deixando um certo

desconforto pela escassez de informação existente face às IPSS. Na sequência dessa inquietação, surge decorrente de uma auscultação de algumas pessoas influentes na área social do concelho de Peniche, as quais identificaram a necessidade de haver um estudo deste âmbito de forma a conhecer aprofundadamente a realidade das IPSS que incluísse o levantamento dos recursos bem como as suas potencialidades. Face ao apresentado, optou-se por fazer um estudo sobre o concelho de Peniche.

Para a elaboração desta dissertação foi utilizada uma metodologia que se enquadra no método de estudo de caso – toda a análise apresentada, assim como a discussão dos resultados, terá como base a realidade das IPSS do concelho de Peniche e o seu papel na economia social do concelho.

Assim, face ao exposto e tendo em consideração o objetivo de conhecer o papel das IPSS do concelho de Peniche, na economia social local, a recolha de informação foi feita através de um inquérito por questionário. A informação recolhida através desta forma direta de obtenção de informação foi complementada através da recolha de informação estatística secundária disponível na página da internet da Segurança Social, onde consta a listagem das IPSS registadas em Portugal. Conjugando a informação primária recolhida junto das IPSS do concelho foi possível criar uma base de dados que caracteriza, genericamente, o universo das IPSS no concelho de Peniche.

O presente documento está organizado em duas partes, compostas por capítulos. Na parte I, que contempla os capítulos 1 e 2, encontra-se toda a fundamentação teórica necessária para a exploração do tema apresentado; na parte II, que corresponde aos capítulos 1, 2, 3 e 4 encontra-se o estudo empírico aplicado às IPSS do concelho de Peniche.

No capítulo 1 da parte I é feita uma breve abordagem à economia social, sustentando a reflexão em torno de algumas referências teóricas pertinentes para a temática e objeto de investigação escolhido por nós, fazendo-se nomeadamente referência à importância e ao tipo de organizações que podemos encontrar dentro da economia social. No capítulo 2, a abordagem incide especificamente sobre a área das IPSS, fazendo primeiro um enquadramento, ao qual se segue uma descrição da sua evolução e caracterização das IPSS.

No capítulo 1 da parte II desta dissertação, é feita a caraterização do concelho de Peniche a nível geográfico e demográfico. No capítulo 2, é feita a identificação das organizações da economia social existentes no concelho de Peniche.

No capítulo 3, é elaborada uma descrição da metodologia utilizada para a realização do trabalho empírico. Começa-se por fazer referência ao tipo de estudo e depois do instrumento de recolha de dados. Seguidamente é feita a caraterização da população-alvo

do nosso estudo, neste caso, as IPSS enquanto organizações, e finalmente é feita descrição da forma como foi elaborado e aplicado o questionário. No capítulo 4, é feita a análise dos dados recolhidos através do questionário e são apresentados os resultados. Na conclusão, será feita uma reflexão sobre todo o trabalho, em particular a partir dos resultados obtidos através do questionário.

I PARTE – Enquadramento Teórico

Capítulo 1 – Organizações sem fins lucrativos

A revisão da literatura no âmbito da economia social, e particularmente sobre as IPSS, é fundamental para que se compreenda todo o desenvolvimento desta dissertação, que se centra no papel que as IPSS têm na economia social. Neste capítulo, é feita uma breve abordagem à economia social, sustentando a reflexão nas referências teóricas que considerámos mais pertinentes sobre esta temática, incidindo sobretudo na importância e nos tipos de organizações que podemos encontrar dentro da economia social.

1.1. Economia social

Economia Social não é um conceito de fácil definição, pois tal como considera Jordi Estivill (2006:3) as definições e os termos da economia social estão ainda abertos ao debate.

Segundo Caeiro (2008), tem havido alguma dificuldade na distinção entre o conceito de economia social e os outros conceitos relacionados com as atividades ligadas à intervenção social, nomeadamente o de terceiro sector, organizações sem fins lucrativos e economia solidária. Estes conceitos são usados de uma forma ambígua, e até confusa, por muitos autores que analisam esta realidade.

O surgimento do conceito de economia social provém da terminologia francesa, e remonta às práticas de solidariedade interclassistas enquanto reação às transformações económicas e sociais da revolução industrial influenciada pelo pensamento dos socialistas utópicos do século XIX, dando origem a formas de organização como as associações, as cooperativas e as mutualidades (Caeiro, J. M. C., 2008:61).

O termo economia social aparece presumivelmente pela primeira vez em 1830, quando em Paris Charles Dunoyer publica um tratado de economia social, onde defende uma abordagem moral da economia (CIRIEC, 2007:13).

M. C. Campos defende que ao se falar de economia social se está a referir "(…) às organizações que atuam não por razões de lucro económico, mas para servir as pessoas. A economia social é assim uma outra forma de empreender, marcando uma diferença clara, entre organizações com base no capital e organizações em que a base são as pessoas" (Campos, 2005: 7). Defende ainda que a missão da economia social manifesta-se em três

áreas fundamentais: a produção de bens e serviços, a promoção da cidadania e o interesse pela comunidade.

Na Carta Portuguesa de Economia Social, aprovada no Congresso Nacional das Mutualidades em 1988, entende-se por economia social uma forma de produção e distribuição de bens e serviços promovidas pelas unidades de produção e outras estruturas associativas, cooperativas e mutualistas que, sem fins lucrativos e sem dependência a interesses individuais, visam a satisfação das necessidades da coletividade.

No "Dictionnaire de l`Autre Economie" (Laville, 2003) advoga-se que atualmente existem duas grandes linhas de definição da economia social e que é precisamente a combinação das duas que resulta a definição mais adequada. Deste modo, uma primeira forma consiste na identificação das principais formas jurídicas e institucionais nas quais se inscrevem a maioria das iniciativas de economia social e que consistem nas cooperativas, mutualidades, associações e fundações. A outra forma de caracterizar a economia social consiste em sublinhar os traços comuns das iniciativas que a compõe e que são o facto de terem como finalidade o serviço aos membros ou à coletividade, a autonomia de gestão, o controlo democrático pelos membros, a primazia das pessoas e do objeto social sobre o capital na repartição dos excedentes.

A definição dada por investigadores especialistas em economia social em França reporta as organizações da Economia Social como um "conjunto de empresas privadas, organizadas formalmente, com autonomia de decisão e liberdade de adesão, criadas para satisfazer as necessidades dos seus membros através do mercado, produzindo bens e serviços, assegurando o financiamento, onde o processo de tomada de decisão e distribuição de benefícios ou excedentes pelos membros não estão diretamente ligados ao capital ou quotizações de cada um, correspondendo a cada membro um voto. A Economia Social agrupa também as entidades privadas organizadas formalmente, com autonomia de decisão e liberdade de adesão, que produzem serviços não mercantis para as famílias e cujos excedentes, quando existem, não podem ser apropriados pelos agentes económicos que os criam, controlam ou financiam." (Centre Internationale de Recherches et de l´Information sur l´Économie Sociale et Coopérative - CIRIEC, 2012).

Todas as organizações de Economia Social apresentam as seguintes características gerais, que passamos a enumerar:

• São privadas;

• São organizadas formalmente (têm personalidade jurídica);

• Possuem autonomia de decisão;

• Possuem liberdade de adesão (sem filiação obrigatória);

• Apresentam distribuição de benefícios/excedentes de acordo com as atividades que os membros realizam;

• Têm como objetivo da sua atividade económica a satisfação das necessidades de famílias/pessoas ("organizações de pessoas, não de capital");

• São organizações democráticas.

1.2. A importância da Economia Social em Portugal

A presente crise económica e financeira que Portugal atravessa, relatada pelos diversos meios de comunicação social e reconhecida pelas instâncias governativas nacionais e supranacionais, é em si mesma causadora e reforçadora de pobreza, pelos efeitos que origina na reestruturação das economias, no aumento do desemprego e na redução de vencimentos e pelas medidas de políticas públicas que têm sido adotadas para a enfrentar.

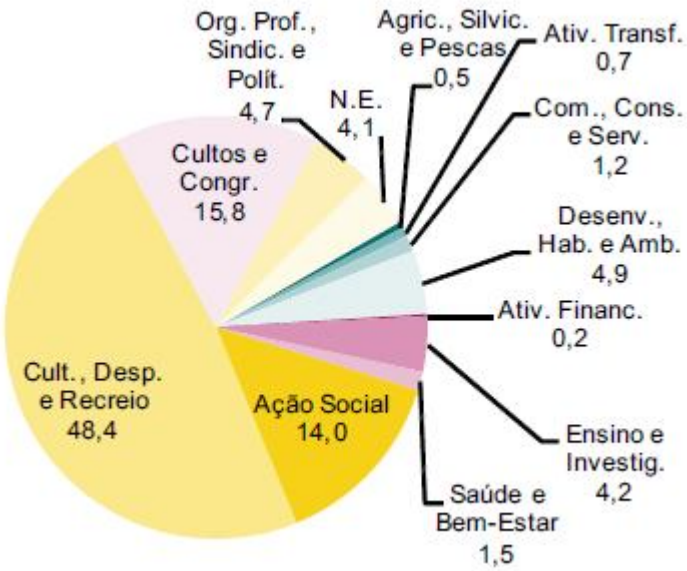
Neste contexto, a economia social ganha maior importância e atualidade, surgindo novas organizações fora das leis de mercado e da tutela dos poderes públicos.

A economia social, pela sua natureza, tende a dar resposta às necessidades reais de bens e serviços das populações, aproveita os recursos disponíveis, nomeadamente criando oportunidades de emprego para os recursos humanos desempregados, pratica uma responsabilidade partilhada e inspirada por valores humanos e cívicos (Silva, 2010: 102).

Segundo o estudo Conta Satélite da Economia Social (CSES), elaborado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) no âmbito do Protocolo de cooperação assinado entre o INE e a Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES), verificamos que o setor da Economia Social em Portugal é caracterizado por uma forte heterogeneidade, tanto em número, como no tipo de atividades desenvolvidas. Em 2010, este setor era constituído por 55.383 unidades. Cerca de 50% das organizações da Economia Social desenvolviam a sua atividade na área da cultura, desporto e recreio. Os cultos e congregações e a ação social também apresentavam um peso bastante significativo no universo das organizações da Economia Social (15,8% e 14%, respetivamente). Imediatamente a seguir, mas com um peso relativo inferior a 5%, encontravam-se as organizações no âmbito do desenvolvimento, habitação e ambiente 4,9%, as organizações profissionais, sindicais e políticas 4,7% e as organizações de ensino e investigação 4,2%. As atividades com menor representatividade em número estavam relacionadas com a saúde e bem-estar 1,5%, o

comércio e serviços 1,2%, as atividades de transformação 0,7%, a agricultura, silvicultura e pescas 0,5% e, por fim, as atividades financeiras 0,2%.

Gráfico 1 – Entidades da Economia Social, por atividade (%)

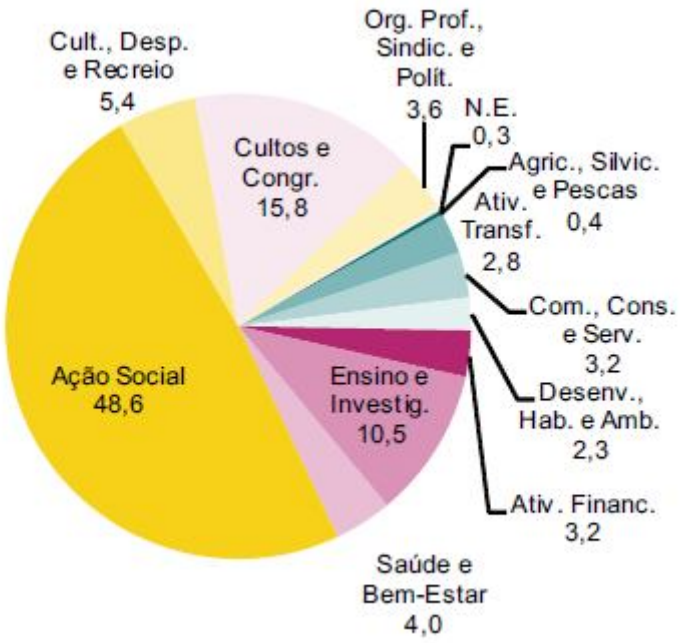


Fonte: INE, Conta Satélite da Economia Social

Em 2010 a Economia Social em Portugal representava 2,8% do Valor Acrescentado Bruto (VAB) nacional, 4,6% das remunerações, 5,5% do emprego remunerado (medido em unidades de trabalho equivalentes a tempo completo – ETC).

Em termos de distribuição de emprego remunerado por atividade, constatou-se que 48,6% concentrava-se nas atividades de ação social, com 15,8% seguiam-se as atividades de cultos e congregações, com 10,5% o ensino e investigação e com 5,4% a cultura, desporto e recreio.

Gráfico 2 – Emprego remunerado na ES (ETC - %)



Fonte: INE, Conta Satélite da Economia Social

Os recursos destas instituições estimaram-se em 14.177,9 milhões de euros, provenientes, principalmente, da produção (62,8%), transferências e subsídios (23,8%) e rendimentos de propriedade (10,3%). Estima-se que as despesas tenham ascendido a 14.748,6 milhões de euros e consistiram, fundamentalmente, em consumo intermédio (31,4%), remunerações (26,8%) e transferências sociais (24,3%). A poupança corrente foi ligeiramente positiva e as OES beneficiaram de transferências de capital relativamente significativas (392,4 milhões de euros). Ainda assim, estes recursos revelaram-se insuficientes para financiar a Formação Bruta de Capital (FBC), que ascendeu a 1109,7 milhões de euros.

Em suma, a economia social, para além do seu peso quantitativo, tem vindo nas últimas décadas a afirmar a sua capacidade de colaborar de uma forma eficaz para a resolução dos novos problemas sociais, reforçando a sua posição como indispensável para o desenvolvimento económico sustentável e estável, adequando os serviços às necessidades, valorizando as atividades económicas ao serviço das necessidades sociais e fortalecendo a democracia económica (CIRIEC, 2007).

1.3. A evolução da Economia Social em Portugal

A evolução da Economia Social em Portugal está fortemente relacionada com aspetos marcantes da história do país. De acordo com Franco *et al* (2005), esses aspetos marcantes estão relacionados com a Igreja Católica, a longa tradição de mutualidade e autoajuda do país, a longa história de controlo político e o desenvolvimento nas décadas recentes de elementos-chave de um Estado de bem-estar moderno e uma delegação crescente do Estado nas organizações não lucrativas.

É desde o início da nacionalidade, no século XII, que existem várias organizações que hoje se incluiriam na economia social ligadas à Igreja, ou pelo menos fortemente inspiradas na doutrina nas Obras de Misericórdia e nos valores cristãos.

Em Portugal, um país com forte implantação da Igreja Católica, foi visível a sua influência na Economia Social, na criação de diversas instituições regidas pelos princípios de solidariedade social, mutualismo e cooperação.

As Misericórdias surgiram no século XV, com o objetivo de dar resposta ao aumento alucinante da pobreza no país, tendo sido criadas sobretudo com o objetivo de ajudar as mulheres e as crianças, uma vez que grande parte dos homens passavam pouco tempo nos seus lares, devido ao facto de a maioria exercer funções em atividades relacionadas com o mar (Franco *et al.*, 2005: 22-27).

O nascimento das organizações da Economia Social surge no século XIX, com a expansão das mutualidades, apesar de as suas raízes se encontrarem nas confrarias e nos celeiros comuns, organizados segundo o princípio da solidariedade profissional. Ligadas aos movimentos socialistas e operários, as mutualidades surgiram nos sectores da saúde e da educação, no crédito (as mútuas agrícolas) e nas atividades culturais.

Em Portugal, nesta altura surge também o movimento cooperativo que teve a sua Lei Basilar a 2 de Julho de 1867, desencadeando assim o desenvolvimento do cooperativismo no país (Namorado, 1999:87-88).

As organizações da Economia Social foram desde sempre bastante influenciadas e condicionadas pelas políticas dos governos, algo que se tornou ainda mais evidente quando surgiu a implantação da Iª República em 1910, baseada nos princípios do liberalismo democrático.

Em 1974, com o golpe de Estado e a instauração da democracia surge uma nova visão política, social e económica. No final dos anos 70, é assegurado pelo Estado a criação de um Serviço Nacional de Saúde. O desenvolvimento do setor deu-se através de uma

coligação pública/privada lucrativa, sendo o sistema público de previdência complementado mais pelo setor lucrativo do que pelas mutualidades, o que, em parte, determinou a sua estagnação.

Apesar desta inércia, de uma forma geral, o ambiente socioeconómico foi favorável ao crescimento da Economia Social. Houve um aumento do número de cooperativas e surgiram novos ramos. Em 1976, a Constituição veio reconhecer a sua importância, e em 1980 foi publicado o Código Cooperativo. A partir dessa altura, assistimos também a "uma explosão de movimentos associativos preocupados com todos os aspetos da vida social" (Franco *et al*, 2005:26). É neste contexto que as IPSS, até então intituladas de Instituições de Assistência, iniciaram um crescimento sem precedentes.

1.4. As organizações da Economia Social

A economia social abrange organizações prestadoras de serviços que auxiliam ou complementam os serviços públicos nas áreas da saúde, educação e serviços sociais, e organizações que oferecem mecanismos através dos quais os indivíduos se podem juntar de forma a fazerem face a necessidades da comunidade, participar na vida política, e perseguir interesses individuais e de grupo (Franco *et al.*, 2005:8).

Existe uma grande heterogeneidade entre as organizações que fazem parte da economia social. Tal facto é visível nas atividades levadas a cabo por estas organizações, nos seus públicos, bem como na sua dimensão, grau de formalidade ou informalidade das suas estruturas e procedimentos, grau de profissionalização da sua gestão, entre outros aspetos (Andrade e Franco, 2007:24).

De acordo com o Artigo 4º do Decreto n.º 130/XII da Lei de Bases da Economia Social, aprovado pela Assembleia da República Portuguesa, por unanimidade, em 15 de março de 2013, em Portugal integram a Economia Social as seguintes entidades:

- Cooperativas;
- Associações Mutualistas;
- Misericórdias;
- Fundações;
- Instituições Particulares de Solidariedade Social não abrangidas pelas alíneas anteriores;
- As associações com fins altruísticos que atuem no âmbito cultural, recreativo, do desporto e do desenvolvimento local;

- As entidades abrangidas pelos subsetores comunitário e autogestionário, integrados nos termos da Constituição no setor cooperativo e social;
- Outras entidades dotadas de personalidade jurídica, que respeitem os princípios orientadores da Economia Social.

Para se entender melhor esta diversidade em Portugal, recorremos à Classificação das Atividades das Organizações da Economia Social (CAOES), que constitui uma adaptação da Classificação Internacional das Instituições sem Fim Lucrativo (ICNPO), de forma a contemplar as atividades das Cooperativas e Mutualidades, que não constavam. Essa classificação surge resumida no quadro 1.

Quadro 1 - Classificação das Atividades das Organizações da Economia Social – exemplos de entidades

CAOES – Classificação das Atividades das Organizações da Economia Social	Exemplos
Agricultura, Silvicultura e Pescas	Cooperativas agrícolas, florestais e de pescas
Atividades de Transformação	Adegas Cooperativas, Cooperativas leiteiras, de produtos de azeite, de produção têxtil, de indústria de transformação de peles, tec.
Comércio, Consumo e Serviços	Cooperativas de consumo, de comercialização, de distribuição, de prestação de serviços de transportes, rádio etc.
Desenvolvimento, Habitação e Ambiente	Associações de desenvolvimento local, associações de desenvolvimento económico, social e comunitário, associações de proteção animal e ambiental, Cooperativas de habitação e construção, etc.
Atividades Financeiras	Cooperativas de Crédito Agrícola Mútuo, Caixas económicas, Mútuas de seguros etc.
Ensino e investigação	Universidades privadas (Fundações, Cooperativas e Associações), Centros de Investigação das Universidades, Colégios do ensino básico e secundário, Escolas de línguas estrangeiras, etc.
Saúde e Bem-Estar	Hospitais e clinicas de reabilitação, casas de saúde, centros de saúde mental e de apoio psicológico, centros de medicinas alternativas, etc.
Ação Social	Serviços de ação social das Misericórdias, das Associações de Socorros Mútuos, Serviços Humanitários, Serviços de apoio ao cidadão deficiente, serviços de apoio a idosos e reformados, serviços de apoio à infância e jovens, Serviços de solidariedade social prestados pro associações, IPSS, Cooperativas e casa do povo equiparadas a IPSS, Atividades de voluntariado, organizações cívicas e de defesa de direitos, atividades de filantropia, entidades de emergência e regaste (Ex: Bombeiros Voluntários), bancos alimentares e outros serviços de solidariedade.
Cultura, Desporto e Recreio/Lazer	Associações culturais, Fundações culturais, Cooperativas culturais, Clubes desportivos e recreativos.
Cultos e Congregações	Associações e congregações religiosas, Centros paroquiais dioceses, confrarias, Irmandades das Misericórdias, Seminários, etc.
Organizações Profissionais, Sindicais e Políticas	Órgãos representativos das organizações da Economia Social, organizações empresariais, ordens profissionais, associações de trabalhadores, organizações políticas, etc.
Não especificadas	Associações de proprietários, de residentes, moradores, de condomínio, associações espiritas, associações estudantis e de antigos alunos, etc.

Fonte: INE, Conta Satélite da Economia Social

Na Conta Satélite da Economia Social (CSES), que foi elaborada no âmbito do Protocolo de cooperação assinado em 2011 entre o Instituto Nacional de Estatística (INE) e a Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES), estas entidades foram agrupadas em Cooperativas, Mutualidades, Misericórdias, Fundações e Associações e outras OES.

Quadro 2 - Entidades da Economia Social

Entidades da economia social	Sociedades não financeiras (S.11)	Sociedades financeiras (S.12)	Administrações públicas (S.13)	Famílias (S.14)	Instituições sem fim lucrativo ao serviço das famílias (S.15)
Cooperativas	Consumo; Comercialização; Agrícolas (Ex: adegas, produção de leite e azeite); Habitação e construção; Produção operária; Artesanato; Pescas; Cultura; Serviços; Ensino; Solidariedade social (ex: CERCI's)	Caixas de Crédito Agrícola Mútuo.	Cooperativas de Interesse Público (régies-cooperativas)		
Mutualidades		Caixa Económicas; Mútua de seguros; Mútuas financeiras.			Associações de Socorros Mútuos.
Misericórdias					Irmandades das Santas Casas de Misericórdia; Santas Casas de Misericórdia,
Fundações	Fundações de Universidades Privadas; Fundações de empresas privadas; etc.				Fundações Culturais; Fundações de Solidariedade Social; Fundações para o Desenvolvimento; etc.
Associações e outras OES	Associações Comerciais; Associações de Industriais; Associações Empresariais; etc.			Associações de Condomínio; Associações de Moradores; Associação de Proprietários; etc.	Centros Paroquiais; Dioceses; Casas do Povo; Associações Culturais, Desportivas e Recreativas; Congregações e Seminários; etc.

Fonte: INE, Conta Satélite da Economia Social

Das cerca de 55 mil entidades consideradas no âmbito da Economia Social em 2010, as Associações e outras OES representavam 94%.

Na distribuição do emprego remunerado (ETC), as Associações e OES representaram 64,9% do emprego da Economia Social, as Misericórdias 14,3%, as Cooperativas 14%, as Fundações 4,7% e as Mutualidades 2%.

O VAB gerado na Economia Social em 2010 distribuiu-se de forma diferenciada pelos diferentes grupos de entidades. As Associações e outras OES deram origem a 54,1% do VAB da ES, as Cooperativas a 17,5%, as Misericórdias a 12,2%, as Fundações a 8,5% e as Mutualidades a 7,7%.

Nas remunerações totais, em função da estrutura do emprego remunerado, o maior peso relativo (62,7%) correspondeu às Associações e outras OES. As Cooperativas foram responsáveis por 16,6%, as Misericórdias por 10,8%, as Fundações por 5,4% e as Mutualidades por 4,5%.

Quadro 3 - Principais Indicadores por Grupos de entidades da Economia Social (2010)

Classificação das organizações da economia social	Unidades	Emprego Remunerado	VAB	Remunerações	VAB / Emprego	Remunerações / Emprego Remunerado
	N.º	ETC	10^3 Euros	10^3 Euros	10^3 Euros por ETC	
Cooperativas	2 260	31 783	749,2	657.3	23,6	20,7
Mutualidades	119	4 537	329,9	176.2	72,7	38,8
Misericórdias	381	32 493	518,3	426.9	16,0	13,1
Fundações	537	10 765	361,1	215.1	33,5	20,0
Associações e outras org. da ec. social	52 086	147 357	2 304,1	2 479.9	15,6	16,8
Total da Economia Social	55 383	226 935	4 260 331	3 955.4	18,8	17,4
Total da Economia	-	4 138 163	151 426	86 814	36,6	21,0
Economia Social / Economia Nacional	-	**5,5%**	**2,8%**	**4,6%**	-	-

Fonte: INE, Conta Satélite da Economia Social

Vale a pena, de uma forma muito geral, verificar o que distingue estes cinco componentes estruturais. As descrições que se seguem assentam nos resultados da Conta Satélite da Economia Social, para o ano de 2010. A Conta Satélite foi elaborada no âmbito do Protocolo de cooperação assinado em 2011 entre o Instituto Nacional de Estatística (INE) e a Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES).

1.4.1. Cooperativas

De acordo com o código cooperativo, as cooperativas são pessoas coletivas autónomas, de livre constituição, de capital e composição variáveis, que, através da cooperação e entreajuda dos seus membros, com obediência aos princípios cooperativos, visam, sem fins lucrativos, a satisfação das necessidades e aspirações económicas, sociais ou culturais daqueles. As cooperativas podem ter ramos muito diversos como as pescas, cultura, serviços, consumo, comercialização, agricultura, crédito, habitação e construção, produção operária, artesanato, ensino e a solidariedade social.[1]

Em Portugal, de acordo com dados de 2010, existiam 2260 Cooperativas, sendo que as que registavam maior número (26,2%) eram as que desenvolviam atividades de comércio, consumo e serviços. As cooperativas para o desenvolvimento, habitação e ambiente e para as atividades de transformação também apresentaram um peso significativo (17,8% e 16,9%, respetivamente), para além das de cultura, desporto e recreio (onde operavam quase 12% das Cooperativas).

Relativamente à repartição do VAB criado pelas Cooperativas, ele apresenta a seguinte configuração: as atividades financeiras geraram 29,9% do VAB total das Cooperativas, seguido das atividades de transformação com 28,8%, do ensino e investigação com 18,3% e do comércio, consumo e serviços, com 17,4%.

Estima-se que, em 2010, as Cooperativas tenham sido financeiramente excedentárias, em cerca de 170,3 milhões de euros, situação para a qual as atividades financeiras foram determinantes. Os recursos destas organizações estimaram-se em 2.950,1 milhões de euros, correspondentes fundamentalmente a produção (79,1%) e rendimentos de propriedade (12,4%). As despesas das Cooperativas ascenderam a 2.779,8 milhões de euros e consistiram, principalmente, em consumo intermédio (56,9%) e Remunerações (23,6%).

Na análise da estrutura da despesa por atividade destaca-se o peso do consumo intermédio nas atividades de transformação (81,8%), sendo as transferências sociais relevantes apenas nas cooperativas de cultura, desporto e lazer (7,1%). As remunerações são a componente mais relevante da despesa na área do ensino e investigação (59,6%), ação social (49,3%) e saúde e bem-estar (48,6%).

As atividades de ação social foram aquelas onde a FBC apresentou maior peso relativo (17,7%). As atividades financeiras foram a única atividade em que as outras despesas

[1] nº1 do artigo 2º e artigo 4º do Código cooperativo da lei nº51/96 de 7 de setembro.

(neste caso específico, os rendimentos de propriedade) constituem a componente mais relevante da despesa (43,4%).

1.4.2. Mutualidades

As associações mutualistas são instituições particulares de solidariedade social com um número ilimitado de associados, capital indeterminado e duração indefinida que, essencialmente através da quotização dos seus associados, praticam, no interesse destes e de suas famílias, fins de auxílio recíproco. Constituem os seus fins fundamentais os benefícios de segurança social e de saúde e cumulativamente com outros fins de proteção social e de promoção da qualidade de vida, através da organização e gestão de equipamentos e serviços de apoio social, de outras obras sociais e de atividades que visem especialmente o desenvolvimento moral, intelectual, cultural e físico dos associados e suas famílias.[2]

Contrariamente às Cooperativas, a tipologia de atividades das Mutualidades é menos abrangente, circunscrevendo-se, no caso português, fundamentalmente às atividades financeiras, saúde e bem-estar e ação social.

As Mutualidades portuguesas em 2010 eram 119. A ação social era a atividade que registava maior número (89,1%), a saúde e o bem-estar totalizavam 5,9%, e as atividades financeiras, 4,2%.

Em termos de VAB, a partição foi diametralmente oposta, com as atividades financeiras a assumirem um peso superior (92,3%), seguidas da ação social (6,3%) e da saúde e bem-estar (1,4%).

Em 2010, as Mutualidades foram financeiramente excedentárias em cerca de 54,1 milhões de euros. Os recursos destas organizações estimaram-se em 864,4 milhões de euros, correspondentes, fundamentalmente, a 57,5% em produção e 38,3% em rendimentos de propriedade e 4,2% em transferências e subsídios. As despesas das Mutualidades totalizaram 810,3 milhões de euros, sendo as principais despesas o consumo intermédio (20,6%), as remunerações (21,8%) e as outras despesas (48,1%, e que corresponderam, fundamentalmente, a rendimentos de propriedade).

[2] Artigo 1º e nº1 e nº2 do artigo 2º do código das associações mutualistas publicado no Diário da República – I série nº 52, de 3-3-1990 (pág. 904).

1.4.3. Misericórdias

As Santas Casas da Misericórdia ou as Irmandades da Misericórdia[3] são associações constituídas na ordem jurídica canónica com o objetivo de satisfazer carências sociais e de praticar atos de culto católico, de harmonia com o seu espírito tradicional, informado pelos princípios de doutrina e moral cristã.

A esta família da Economia Social pertencem todas as Santas Casas da Misericórdia, as Irmandades das Santas Casas das Misericórdias e Misericórdias existentes em Portugal, à exceção da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, que tem um Estatuto especial e pertence ao Setor Institucional das Administrações Públicas (não incluída, portanto, no universo da Economia Social).

Em 2010, havia 381 Misericórdias em Portugal. A ação social era a atividade que registava maior número (94,2%) e maior peso no VAB (91,1%). A área da saúde e bem-estar tinha alguma expressão relativa no VAB (7,7%).

As Misericórdias apresentaram uma necessidade líquida de financiamento de 45,8 milhões de euros em 2010. Nesse ano, os recursos destas organizações estimaram-se em 1.203,2 milhões de euros, correspondentes fundamentalmente a produção (70,4%) e transferências, e a produção foi a principal fonte de recursos em todas as atividades, com maior ênfase para a saúde e bem-estar (88,3%). As transferências correntes e subsídios têm maior peso nos cultos e congregações (33,7%) e na ação social (27,4%). Os rendimentos de propriedade e outros recursos têm um peso pouco significativo na estrutura de recursos de todas as atividades desenvolvidas pelas Misericórdias.

A estrutura da despesa foi claramente determinada pela estrutura da ação social. Nesta atividade, as remunerações foram a principal despesa (35,4%), sendo oconsumo intermédio a despesa principal na saúde e bem-estar (44,2%). A FBC apresenta maior peso relativo na saúde e bem-estar (15,3%).

1.4.4. Fundações

Uma Fundação[4] é uma pessoa coletiva, sem fim lucrativo, dotada de um património suficiente e absolutamente afeto à prossecução de um fim de interesse social, sendo considerados fins de interesse social aqueles que se traduzem no benefício de uma ou mais

[3] Artigo 68º do Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de fevereiro, que constitui o Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS).

[4] Definição baseada na Lei-Quadro das Fundações publicada em anexo à Lei nº 24/2012 de 9 de Julho.

categorias de pessoas distintas do fundador, seus parentes e afins, ou de pessoas ou entidades a ele ligadas por relações de amizade ou de negócios.

Em 2010, a atividade da cultura, desporto e recreio foi responsável por 38,7% do VAB e a atividade da ação social por 38%. Em seguida, com 17,5% do VAB, surgiu a atividade do ensino e investigação social.

Em 2010, as Fundações da Economia Social apresentaram uma capacidade líquida de financiamento de 18,6 milhões de euros. Nesse ano, os recursos destas organizações atingiram 1.428,5 milhões de euros, provenientes sobretudo de rendimentos de propriedade (48,1%) e da produção (42,1%). As transferências e subsídios representaram 8,8%. As despesas totalizaram 1.409,9 milhões de euros, sendo as principais rubricas as outras despesas (39,6%), onde se destacaram os rendimentos de propriedade. As transferências sociais corresponderam a 23,3%, o consumo intermédio a 17,1%, as remunerações a 15,3% e a FBC a 4,7%.

A ação social assegurou 72,1% dos recursos das Fundações da Economia Social. A cultura, desporto e recreio foi responsável por 14,6% e o ensino e investigação por 9,9% da totalidade dos recursos.

Analisando a estrutura dos recursos por atividade, os rendimentos de propriedade constituíram a principal fonte de recursos apenas na ação social (65,9%). A produção teve maior peso relativo na estrutura dos recursos da cultura, desporto e lazer (89,5%), da saúde e bem-estar (85,7%) e do ensino e investigação (78,9%).

Relativamente às despesas das Fundações da Economia Social, a ação social representou 70,8% do total. A cultura, desporto e recreio totalizaram 14,7% e o ensino e investigação 10,0%.

Devido ao peso dos serviços de ação social no total de despesas das Fundações, a estrutura destas despesas foi, consequentemente, influenciada pela estrutura daqueles serviços.

Nesta atividade, as outras despesas (na sua maioria juros) foram a principal despesa (54,6%). Já no ensino e investigação, as remunerações foram a principal despesa (47,4%). As transferências sociais constituíram a rubrica de maior relevância na cultura, desporto e recreio (63,0%). A FBC apresentou o maior peso relativo na saúde e bem-estar (27,5%).

1.4.5. Associações e outras OES

As Associações são formadas normalmente por uma pessoa coletiva, composta por pessoas singulares e/ou coletivas, sem fins lucrativos com objetivos e necessidades comuns. São um grupo bastante heterogéneo e as suas características variam muito de país para país, apesar de se encontrarem alguns aspetos comuns. Em Portugal, as associações de solidariedade social, as organizações de cariz religioso, como as misericórdias e os centros sociais paroquiais, as fundações de solidariedade social, as associações de desenvolvimento local e as associações culturais e recreativas assumem uma importância particular (Almeida, 2011). As associações representam o maior número em 2010, com 52.086 entidades, representando 94% do número total de entidades e 54,1% do VAB da Economia Social.

A cultura, desporto e recreio foram as atividades com maior número de organizações (50,7%), surgindo em segundo lugar os cultos e congregações, com 16,7% destas entidades e, em terceiro, a ação social, com 13,1%.

No que respeita ao VAB, a ordenação é distinta, sendo a ação social responsável por 29,9% do VAB gerado, a cultura, desporto e recreio por 14,1% e os cultos e congregações por 13,9%.

Em 2010, as Associações e outras OES apresentaram uma necessidade líquida de financiamento de 767,9 milhões de euros. Nesse ano, os recursos destas organizações atingiram 7.731,6 milhões de euros, provenientes fundamentalmente da produção 59,8% e das transferências e subsídios 34,7%. As despesas totalizaram 8.499,5 milhões de euros, das quais as transferências sociais representaram cerca de um terço, as remunerações 29,2%, o consumo intermédio 27,3% e a FBC perto de 10%.

A ação social assegurou 42,8% dos recursos das Associações e outras OES da Economia Social. Os cultos e congregações representaram 18,9% e o ensino e investigação 12,9% da totalidade dos recursos. A produção constituiu a principal fonte de recursos em todas as atividades. As transferências e subsídios assumiram também relevância na generalidade das atividades, com maior incidência na ação social (39,3%) e no ensino e investigação (35,3%). Os rendimentos de propriedade tiveram um peso negligenciável na estrutura dos recursos de todas as atividades. Relativamente às despesas das Associações e outras OES, a ação social foi a atividade com maior peso relativo (41,8%) do total. Os cultos e congregações totalizaram 20,8% e o ensino e investigação 11,8%.

As organizações de Economia Social, tendo como propósito a solidariedade social nos domínios da saúde, da educação, da habitação, e de outros em que as necessidades sociais dos indivíduos e das famílias encontram apoio e resposta na generosidade e capacidade de intervenção próprias do voluntariado organizado, podem obter por parte da Direcção-Geral da Segurança Social (DGSS) o estatuto de IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social.[5] A caracterização destas organizações será abordada no capítulo seguinte.

1.5. Principais Recursos: Financiamento e Voluntariado

As organizações da Economia Social por natureza não são lucrativas, ou seja, a sua atividade não tem como objetivo a obtenção do lucro mas a resolução de um problema social. Apesar de terem receitas próprias que são obtidas pela prestação dos seus serviços, em geral o seu financiamento assenta fortemente no apoio de entidades privadas e do Estado através dos subsídios concedidos, na medida em que é reconhecido a importância da sua intervenção.

Num contexto de crescimento e afirmação, um dos desafios que se colocam hoje à gestão das organizações da Economia Social prende-se com o aumento do financiamento e a diversificação das fontes, criando assim espaço para novas ofertas de bens e serviços (Nicolau, I. e Simaens, A., 2008:70).

Desde sempre as organizações não lucrativas estiveram ligadas ao trabalho voluntário e não lucrativo. Segundo Salamon (1996, citado por Reis, 2003:196), "o terceiro sector beneficia da atividade de trabalhadores voluntários, os quais adicionam as organizações uma produção raramente contabilizada. O Voluntariado constitui pois uma dimensão acrescida nas operações do terceiro sector constituindo uma força económica importante".

Em Portugal, o voluntariado tem um enquadramento legislativo próprio: a lei de Bases do enquadramento jurídico do voluntariado, Lei n.º 71/98, de 3 de Novembro de 1998. De acordo com o artigo n. 2º, "**voluntariado** é o conjunto de ações de interesse social e comunitário realizadas de forma desinteressada por pessoas, no âmbito de projetos, programas e outras formas de intervenção ao serviço dos indivíduos, das famílias e da comunidade desenvolvidos sem fins lucrativos por entidades públicas ou privadas". Segundo o artigo 3º, "**voluntário** é o indivíduo que de forma livre, desinteressada e responsável se compromete, de acordo com as suas aptidões próprias e no seu tempo livre, a realizar ações de voluntariado no âmbito de uma organização promotora".

[5] Estatuto das IPSS - Decreto-lei nº 119/83, de 25 de fevereiro

A realidade do voluntariado em Portugal, para além do Estado e da Igreja, também se caracteriza pela presença de variadas entidades, tais como os Bombeiros, Escuteiros, associações, IPSS e ONG.

Portugal apresenta valores baixos (entre 10% e 19%) relativamente à participação dos portugueses nas atividades de voluntariado face ao valor médio de participação na União Europeia, que é de 24% (GHK, 2010).

Como podemos verificar no quadro seguinte, houve um decréscimo entre os finais da década de 1990 e 2006, tendo-se a partir de então mantido nos 12% (Marques, R., Serapioni, M. & Lima, T., 2012).

Quadro 4 - Participação dos portugueses nas atividades de voluntariado

1990	1999	2002	2006	2011	Média União Europeia 2011
19%	16%	12,7%	12%	12%	24%

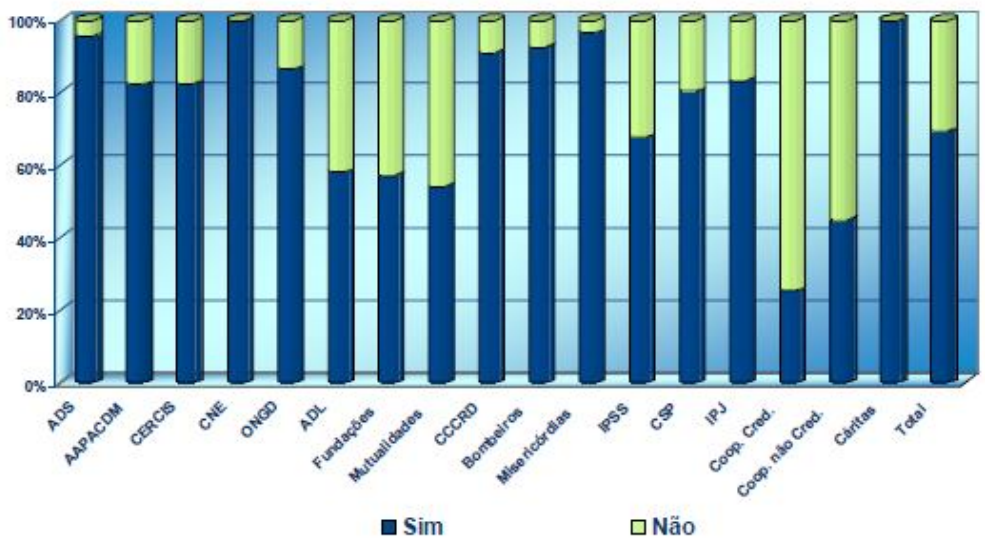
Fonte: Marques, R., Serapioni, M. & Lima, T. (2012)

Segundo Salomon e Sokolosky (2001, citado por Marques, R., Serapioni, M. & Lima, T., 2012), a concentração das atividades de voluntariado que prevalece em Portugal é a do sector dos serviços, mais especificamente na área social, induzindo a maiores graus de proximidade entre voluntariado e emprego, fortalecendo o seu carácter de complementaridade face ao trabalho remunerado, dimensão que também está reconhecida em ternos legais.

No Estudo sobre o voluntariado, realizado pelo Observatório do Emprego e Formação Profissional (2008), constata-se que o número de trabalhadores remunerados das instituições inquiridas totalizava cerca de 297 mil indivíduos. Cerca de 34,4% destes trabalham em IPSS, 22,8% em Cooperativas não Credenciadas e 10,4% em Misericórdias. Nas Associações de Dadores de Sangue e nas organizações do Centro Nacional de Escutas, os trabalhadores remunerados assumem reduzida expressão.

Neste mesmo estudo é referido que cerca de 70% das instituições inquiridas acolheram voluntários em 2005. No caso das Organizações de Escuteiros e das Cáritas, essa percentagem ascendeu aos 100%. Em todos os restantes tipos de instituições é maior a proporção das que contaram com a colaboração de voluntários no período de referência relativamente às que não acolheram voluntários, à exceção das Cooperativas, onde 74,5% das credenciadas e 55,2 % das não credenciadas não acolheram voluntários.

Gráfico 3 - Percentagem de instituições que contaram com a colaboração de voluntário em 2005



Fonte: OEFP, Estudo sobre o Voluntariado

Mais de 80% das instituições referiram ter voluntários a participar nos órgãos sociais e a desempenhar tarefas de gestão/ Direção, enquanto apenas 16% indicaram ter voluntários a vender produtos ou desempenhar outras atividades.

No conjunto das instituições existem cerca de 225 mil voluntários nos órgãos sociais e regulares e aproximadamente 136 mil ocasionais, o que nos dá um total de 360 mil voluntários. Nos voluntários dos órgãos sociais e regulares predominam os do sexo masculino, enquanto nos ocasionais a proporção de mulheres é superior à dos homens.

Quadro 5 - Número de Voluntários por tipo de instituição

	Voluntários Orgãos Sociais + Voluntários Regulares			Voluntários Ocasionais			Total		
	H	M	T	H	M	T	H	M	T
ADS	935	785	1.720	405	669	1.074	1.341	1.453	2.794
APPACDM	195	128	323	53	137	190	248	264	512
CERCIS	176	249	426	86	264	350	262	514	776
CN Escutas	7.460	4.420	11.880	193	93	287	7.653	4.513	12.167
ONGD	4.084	15.818	19.902	633	1.093	1.726	4.716	16.911	21.628
ADL	225	255	481	47	86	132	272	341	613
Fundações	546	678	1.223	158	201	359	704	878	1.582
Mutualidades	377	78	455	.	.	.	377	78	455
CCCRD	38.017	18.605	56.622	10.186	8.548	18.734	48.202	27.153	75.355
Bombeiros	31.344	5.742	37.086	1.264	379	1.644	32.608	6.121	38.729
Misericórdias	3.822	1.970	5.792	223	559	782	4.045	2.529	6.575
IPSS	27.991	19.519	47.511	23.056	28.989	52.044	51.047	48.508	99.555
CSP	4.894	4.456	9.350	1.339	1.961	3.300	6.233	6.417	12.650
IPJ	12.089	9.754	21.843	21.202	32.466	53.668	33.291	42.220	75.510
Coop. Cred.	1.788	333	2.121	.	.	.	1.788	333	2.121
Coop. não Cred.	6.161	1.205	7.366	.	.	.	6.161	1.205	7.366
Cáritas	229	324	553	580	1.045	1.625	809	1.369	2.178
Total	140.333	84.319	224.652	59.425	76.490	135.915	199.758	160.809	360.567

Fonte: OEFP, Estudo sobre o Voluntariado

Por instituição, destacam-se as Coletividades, as IPSS e os Bombeiros, com maior proporção de voluntários nos órgãos sociais e regulares. Com mais voluntários ocasionais destacam-se as associações do IPJ e das IPSS.

Segundo a CSES, estima-se que em 2012, 11,5% da população residente com 15 ou mais anos tenha participado em, pelo menos, uma atividade formal e/ou informal de trabalho voluntário, o que representou quase 1 milhão e 40 mil voluntários. Comparando a proporção de voluntários com determinadas características com a população residente com características idênticas (taxa de voluntariado), foi possível concluir que a taxa de voluntariado feminina foi superior à masculina (12,7% vs. 10,3%).

A distribuição etária do voluntariado refletiu a estrutura da população, não havendo grandes diferenças no que respeita à taxa de voluntariado (11,6% no escalão dos 15-24 anos, 13,1% no escalão dos 25-44, 12,7% no escalão dos 45-64 anos). Apenas na faixa etária dos maiores de 65 anos a taxa foi inferior (7,3%).

O trabalho voluntário formal de homens e mulheres apresentou também características diferenciadas relativamente aos contextos organizacionais em que se inseriu (no âmbito do trabalho voluntário formal). Observou-se uma predominância feminina no âmbito do apoio social (48,5% vs. 36,3%) e masculina nas atividades de organizações desportivas, culturais e recreativas (33,2% vs. 14,1%). Nas atividades religiosas, o trabalho voluntário feminino foi também mais relevante (25,4% vs. 17,3%).

Traçando um perfil sociodemográfico sintético do voluntário, poderá afirmar-se que, nas atividades de trabalho voluntário formal, destacaram-se os indivíduos mais jovens e os solteiros. Nas atividades de trabalho voluntário informal prevaleceram pessoas com mais idade e com níveis de escolaridade mais elevados, verificando-se uma maior proporção de indivíduos desempregados e, também, maior percentagem de indivíduos divorciados/separados.

As taxas de voluntariado regionais observaram algumas disparidades, oscilando entre os 8,8% nos Açores e os 12,3% no Centro. No que respeita ao tipo de voluntariado, as taxas de voluntariado formal foram superiores às taxas de voluntariado informal em todas as regiões, exceto no Algarve e R.A. da Madeira.

Relativamente ao voluntariado em organizações da Economia Social, segundo a CSES, em 2012 estima-se que cerca de 483 mil indivíduos tenham desenvolvido ações de voluntariado, o que corresponde a aproximadamente 90% do trabalho voluntário formal.

Tomando como referência o total de horas trabalhadas nas Contas Nacionais e os equivalentes a tempo completo (ETC) associados, é possível estimar que o trabalho voluntário, expresso em ETC, equivale a cerca 40% dos ETC da Economia Social, ilustrando, deste modo, a relevância deste recurso para as organizações da Economia Social.

Em suma, os estudos acerca do voluntariado têm-nos vindo a mostrar que a participação dos portugueses nas atividades de voluntariado é bastante reduzida face ao valor médio de participação na União Europeia, o que significará que em Portugal ainda não está instituída uma cultura de voluntariado. Contudo, verificando de uma forma evolutiva os dados apresentados pelos estudos realizados, em Portugal tem vindo a verificar-se um aumento da participação da população em atividades de voluntariado, bem como nas ideias que os indivíduos têm relativamente ao trabalho voluntário.

Capítulo 2 – Instituições Particulares de Solidariedade Social – IPSS

O presente capítulo tem como objetivo fazer um enquadramento jurídico das IPSS. Desta forma, começamos por analisar a estrutura legislativa que regula a atividade das IPSS, e posteriormente fazemos uma caraterização destas relativamente à forma jurídica que podem revestir, aos estatutos, à sua constituição, registo e quanto à cooperação do Estado.

2.1. Enquadramento Legal

Suportando este ponto no excelente trabalho de sistematização legislativa realizado por Fernanda Romão[6], vejamos qual tem sido a trajetória do enquadramento legal das IPSS em Portugal.

A Constituição da República Portuguesa de 1976, em relação às entidades privadas de proteção social, estabelece a existência de "instituições particulares de solidariedade social", associando estas instituições ao sistema de segurança social. O artigo 63º refere que "O Estado apoia e fiscaliza, nos termos da lei, a atividade e o funcionamento das instituições particulares de solidariedade social e de outras de reconhecido interesse público sem carácter lucrativo, com vista à prossecução de objetivos de solidariedade social consignados, nomeadamente, neste artigo, na alínea b) do n.º 2 do artigo 67.º, no artigo 69.º, na alínea e) do n.º 1 do artigo 70.º e nos artigos 71.º e 72.º", os quais se referem à proteção à família, à infância, à juventude, aos deficientes e à terceira idade.

Este conceito implicou um novo regime jurídico, que visava integrar as antigas "Instituições Particulares de Assistência", denominadas pelo Decreto-Lei nº 549/77, que definiu a estrutura orgânica do sistema unificado de segurança social, de IPSS - "Instituições Privadas de Solidariedade Social".

A regulamentação das IPSS foi feita em 1979, com a aprovação dos Estatutos nos termos constitucionalmente previstos pelo Decreto-Lei n° 519 -G2/79, de 29 de Dezembro, aplica-se a todas as instituições que tenham finalidades de segurança social e abrange todas as formas destas instituições (Associações de Solidariedade Social - antigas associações de assistência e de beneficência, Associações de Voluntários da Ação Social, Fundações de Solidariedade Social, Misericórdias, Associações de Socorros Mútuos, Cooperativas de Solidariedade Social) e ainda, as suas formas de agrupamento (Uniões, Federações e Confederações, que se constituam através de um conjunto de instituições de solidariedade).

[6] Documento acedido em http://portal.ua.pt/thesaurus/default1.asp?OP2=0&Serie=0&Obra=30&H1=2 &H2 =2

Mais tarde, efetuou-se a revisão do estatuto das Instituições Privadas de Solidariedade Social (Decreto-Lei n° 519 -G2/79, de 29 de Dezembro) que foi revogado, com exceção dos artigos 7º, 22º e 24º, pelo Decreto-Lei nº 119/83 de 25 de Fevereiro, passando aquelas instituições a designar-se de Instituições Particulares de Solidariedade Social. O diploma de 1983 visou o alargamento dos objetivos característicos das IPSS, nomeadamente, a prestação de serviços de "promoção e proteção da saúde, educação e formação e problemas habitacionais" (artigo 1º). Foram excluídas deste diploma as cooperativas de solidariedade e só viriam a ser enquadradas legalmente em 1996 (Lei 72/96). As Associações de Socorros Mútuos, devido às suas especificidades, foram enquadradas num diploma específico (Código das Mutualidades – Decreto-Lei nº 72/90). As IPSS com finalidades de educação foram regulamentadas pelo Decreto de Lei nº 860/91, sendo só incluídas no âmbito da cooperação com os Centros Regionais de Segurança Social, assim como as denominadas Cooperativas de Utentes, no que se refere à educação e integração socioeconómica (Despacho Normativo nº75/92) (Romão, F. 2001).

Segundo Teixeira (1996:16), neste novo estatuto (Decreto-Lei nº 119/83 de 25 de Fevereiro) simplificaram-se e delimitaram-se as funções de tutela do Estado e "desenvolveu-se, por este modo, o processo de autonomização das instituições e de distanciamento do velho regime de tutela administrativa das antigas instituições particulares de assistência".

2.2. Caracterização das IPSS

De acordo com o artigo 1.º do Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social (EIPSS) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de Fevereiro, são instituições particulares de solidariedade social (IPSS) as constituídas por iniciativa de particulares, sem finalidade lucrativa, com o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de solidariedade e de justiça entre os indivíduos, que não sejam administradas pelo Estado ou por um corpo autárquico, mediante a concessão de bens e da prestação de serviços, nomeadamente: apoio a crianças e jovens; apoio à família; apoio à integração social e comunitária; proteção dos cidadãos na velhice e invalidez e em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho; promoção e proteção da saúde, nomeadamente através da prestação de cuidados de medicina preventiva, curativa e de reabilitação; educação e formação profissional dos cidadãos; resolução dos problemas habitacionais das populações.

Para além das atividades referidas, as instituições podem ainda prosseguir de modo secundário outros fins não lucrativos que com aqueles sejam compatíveis.
De acordo com o artigo 2.º do EIPSS, as IPSS podem revestir a forma de associações de solidariedade social, associações de voluntários de ação social, associações de socorros mútuos, Fundações de solidariedade social e Irmandades da Misericórdia, para além de poderem ainda revestir a forma de Uniões, Federações e Confederações.

De acordo com o artigo 2.º do EIPSS, as IPSS podem ser de natureza associativa ou de natureza fundacional e podem revestir as seguintes formas jurídicas:

- Associações de Solidariedade Social;
- Associações de Voluntários de Ação Social;
- Associações de Socorros Mútuos ou Associações Mutualistas (Mutualidades);
- Irmandades da Misericórdia (ou Santas Casas da Misericórdia);
- Fundações de Solidariedade Social.

Podem ainda agrupar-se em Uniões, Federações e Confederações.
As IPSS, no âmbito da legislação aplicável, escolhem livremente as suas áreas de atividade, prosseguem autonomamente a sua ação e estabelecem livremente a sua organização interna (artigo 3º do EIPSS).

2.2.1. Estatutos

Relativamente aos estatutos, segundo o artigo 10º do Decreto-Lei nº119/83, as IPSS regem-se por estatutos livremente elaborados, com respeito pelas disposições deste Estatuto e demais legislação aplicável. Nos estatutos devem constar obrigatoriamente: a denominação, que não pode confundir-se com denominação de instituições já existentes; a sede e âmbito de ação; os fins e atividades da instituição; a denominação, a composição e a competência dos corpos gerentes; a forma de designar os respetivos membros e o regime financeiro.
Os Centros Distritais de Segurança Social (CDSS) dispõem de “modelos” de estatutos, elaborados em conjunto com as Uniões representativas das instituições, que constituem instrumentos de apoio para adequação dos Estatutos ao Estatuto das IPSS.

2.2.2. Constituição

De acordo com o Instituto da Segurança Social, I.P, "relativamente ao modo de constituição, as IPSS adquirem personalidade jurídica no ato de constituição, do qual deve constar a escritura pública (exceção para as instituições canonicamente eretas) que deverá especificar: as quotas, donativos ou serviços com que os associados concorrem para o património social; a denominação, fim e sede da pessoa coletiva; a sua forma de funcionamento; a duração, quando a associação se não constitua por tempo indeterminado, resultando daí, por parte do Estado, a atribuição de benefícios (isenções fiscais, apoios financeiros) e encargos (prestação de contas, obrigação de cooperação com a Administração Pública)." (Instituto da Segurança Social, I.P, 2012:7).

2.2.3. Registo

Desde que legalmente constituídas, as IPSS devem/podem requerer o seu registo junto dos serviços competentes para a respetiva tutela, passando a ser consideradas como pessoas coletivas de utilidade pública, cuja competência para o registo é da responsabilidade da Direção-Geral da Segurança Social.

O registo é pedido gratuitamente, através de requerimento (modelo Mod. GIP8/2010 – DGSS), devidamente assinado pelo(s) representante(s) do órgão de administração e posteriormente entregue no centro distrital de segurança social da área da sede da instituição.

Finalidades do registo das IPSS:

- Comprovar a natureza e os fins das instituições;
- Comprovar os factos jurídicos respeitantes às instituições especificados no Regulamento de Registo;
- Reconhecer a utilidade pública das instituições;
- Facultar o acesso às formas de apoio e cooperação previstas na lei.

Uma vez registadas, as IPSS adquirem o estatuto de pessoas coletivas de utilidade pública, advindo daí, por parte do Estado, a atribuição de benefícios (isenções fiscais, apoios financeiros) e encargos (prestação de contas, obrigação de cooperação com a Administração Pública) – art.º 8.º do EIPSS.

2.2.4. Equiparação (Casas do povo e Cooperativas de Solidariedade Social)

As Casas do Povo e as Cooperativas de Solidariedade Social que prossigam os objetivos previstos no art.º 1 do Estatuto das Instituições particulares de Solidariedade Social, aprovado pelo Decreto-lei n.º 119/83, de 25 de Fevereiro, podem ser equiparadas a estas instituições mediante reconhecimento expresso de que prosseguem aqueles objetivos, aplicando-lhes o mesmo estatuto de direitos, deveres e benefícios, designadamente fiscais.

O reconhecimento é concedido mediante despacho do Diretor-Geral da Segurança Social que defira o requerimento, a partir da data da apresentação do requerimento que seja deferido.

2.2.5. Cooperação do Estado

De acordo com as necessidades locais e para levar a cabo os objetivos da Segurança Social, o Instituto da Segurança Social, I.P., pode celebrar **acordos de cooperação** (artigo 4.º do EIPSS) com as IPSS ou equiparadas, através dos quais garantem a concessão direta de prestações em equipamentos e serviços à população, ou **acordos de gestão** através dos quais transferem a gestão de serviços e equipamentos pertencentes ao Estado.

O mesmo documento refere ainda que «além dos apoios financeiros previstos nestes acordos, que concorrem para o funcionamento de estabelecimentos de equipamento social, são-lhe ainda concedidos apoio técnico específico e outros apoios financeiros destinados a investimentos a criação ou remodelação dos estabelecimentos, através de vários programas e medidas».[7]

2.3. As IPSS em Portugal

De acordo com os resultados da Conta Satélite da Economia Social, no ano 2010, no universo de mais de 55 mil organizações de economia social, existiam mais de cinco mil organizações que detinham o estatuto de IPSS, sendo a forma jurídica da maioria a de associação sem fim lucrativo (84,3%), seguindo-se as Misericórdias (6,8%), as Fundações (4,2%), as Mutualidades (2,4%) e as Cooperativas (2,3%).

Em 2010, as IPSS desenvolveram a sua atividade sobretudo na ação social (64,4% do número total). Cerca de 19% das IPSS estavam classificadas como cultos e congregações, correspondendo a Irmandades das Misericórdias e outras congregações religiosas.

[7] http://www4.seg-social.pt/registo-de-instituicoes-particulares-de-solidariedade-social

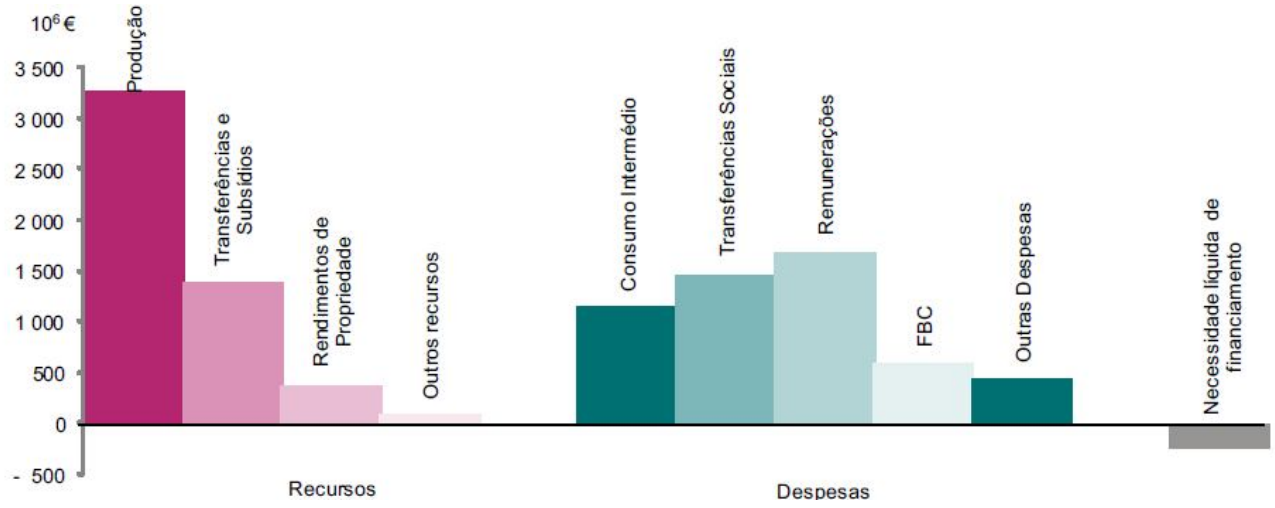
Quadro 6 - IPSS por grupos de entidades da ES e por atividade (2010)

CAOES	Cooperativas	Mutualidades	Misericórdias	Fundações	Ass. e outras OES	Total
Agricultura, Silvicultura e Pescas	0	0	0	0	0	0
Atividades de Transformação	0	0	0	0	0	0
Comércio, Consumo e Serviços	0	0	0	0	0	0
Desenvolvimento, Habitação e Ambiente	3	0	0	0	161	164
Atividades Financeiras	0	5	0	0	0	5
Ensino e Investigação	15	0	0	9	73	97
Saúde e Bem-Estar	18	7	9	16	148	198
Ação Social	78	106	327	170	2 551	3 232
Cultura, Desporto e Recreio/Lazer	2	0	0	7	289	298
Cultos e Congregações	0	0	6	4	968	978
Organiz. Profissionais, Sindicais e Políticas	1	1	0	0	23	25
Não Especificadas	0	0	0	3	22	25
Total de IPSS por Grupo	**117**	**119**	**342**	**209**	**4.235**	**5 022**

Fonte: INE, Conta Satélite da Economia Social

Em 2010, estima-se que as IPSS tenham apresentado uma necessidade líquida de financiamento de 232,9 milhões de euros. Nesse ano os recursos destas organizações estimaram-se em 5.111,4 milhões de euros, provenientes fundamentalmente da produção (64,1%) e transferências e subsídios (27,0%). As despesas totalizaram 5.344,4 milhões de euros, sendo as principais despesas as remunerações (31,5%), as transferências sociais (27,5%) e o consumo intermédio (21,3%). As IPSS apresentaram, em 2010, poupança corrente positiva (328,4 milhões de euros). A FBC ultrapassou este valor, tendo-se fixado em 590,2 milhões de euros.

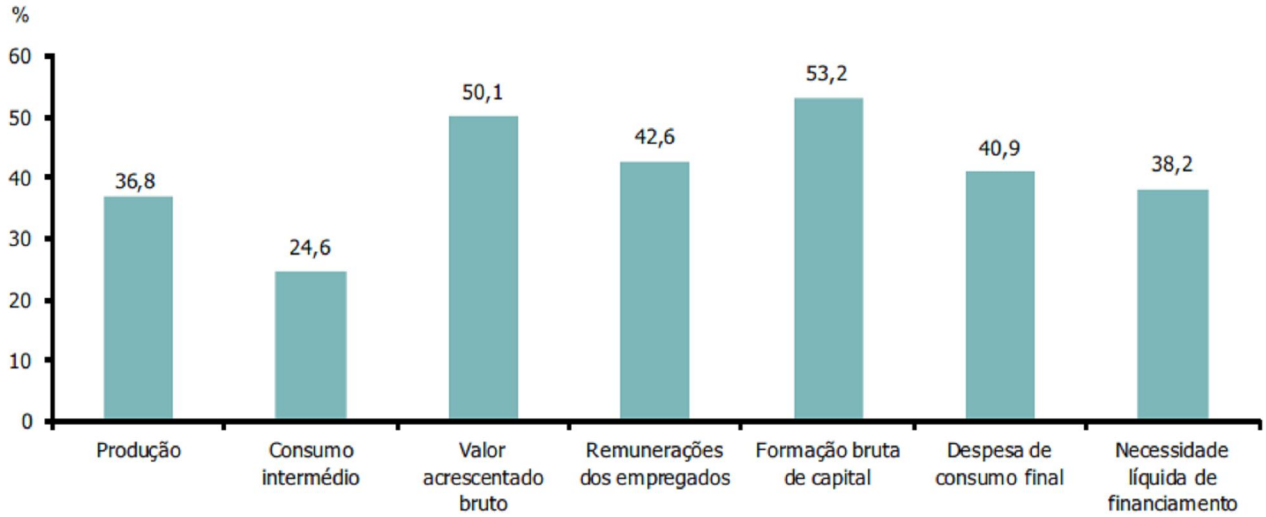
Gráfico 4 – Recursos, despesas e Necessidade Líquida de Financiamento das IPSS



Fonte: INE, Conta Satélite da Economia Social

Em 2010, as IPSS representaram 36,8% da produção, 50,1% do VAB, 63,4% do emprego (ETC), 42,6% das remunerações, 40,9% da despesa de consumo final, 53,2% da FBC e 38,2% da necessidade líquida de financiamento da Economia Social.

Gráfico 5 – Peso relativo das IPSS na Economia Social



Fonte: INE, Conta Satélite da Economia Social

De acordo com os dados solicitados à Segurança Social e obtidos por correio eletrónico em setembro de 2012, existem 4.540 IPSS registadas em Portugal.

Quadro 7 - Distribuição geográfica IPSS em Portugal

DISTRITO	Total IPSS por distrito	%
Aveiro	307	6,8%
Beja	107	2,4%
Braga	374	8,2%
Bragança	114	2,5%
Castelo Branco	159	3,5%
Coimbra	280	6,2%
Évora	174	3,8%
Faro	147	3,2%
Guarda	316	7,0%
Leiria	208	4,6%
Lisboa	836	18,4%
Portalegre	111	2,4%
Porto	464	10,2%
Santarém	226	5,0%
Setúbal	207	4,6%
Viana do Castelo	134	3,0%
Vila Real	133	2,9%
Viseu	243	5,4%
Total	**4540**	**100%**

Fonte: Segurança Social

Através do quadro anterior, podemos verificar que a concentração maior de IPSS está nas zonas urbanas, principalmente nos distritos de Lisboa, Porto e Braga.

Verifica-se que no distrito de Leiria, onde está localizado o concelho que se constituiu como nosso objeto de estudo (Peniche), existem 208 instituições, representando 4,6% do total das IPSS em Portugal, valor que se situa próximo do peso médio dos demais concelhos que não os três grandes acima indicados (Lisboa, Porto e Braga).

2.4. O Enquadramento das IPSS nas respostas sociais

Atualmente em Portugal, a oferta de serviços sociais é assegurada principalmente pelas organizações da economia social.

A economia social tem tido desafios importantes devido às mudanças económicas e sociais que têm acontecido nas últimas décadas e que vêm alterando a forma de as sociedades se organizarem.

Como consequência do aumento da mulher no mercado de trabalho, do envelhecimento acelerado da população, da alteração da estrutura da familiar e de uma propensão para uma maior urbanização da população, houve uma alteração nas políticas e estruturas sociais de apoio à população, nomeadamente no que se refere às crianças e aos idosos.

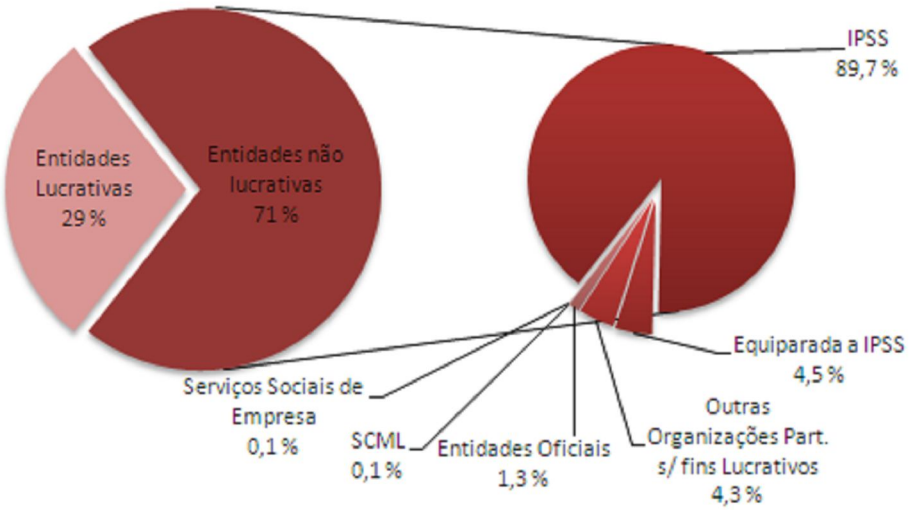
Com a redução do papel do Estado, quer na Economia quer na Sociedade, é sobre as organizações da Economia Social que recai o papel de responder às necessidades criadas.

A modificação de valores sociais, a globalização e a redefinição do papel do Estado não só deram novo sentido à Economia Social como também se refletiram no âmbito das suas atividades.

Podemos, por isso, afirmar que a Economia Social se tem modificado e tem aumentado substancialmente o âmbito da sua ação, principalmente na oferta de serviços quer para idosos quer para crianças e jovens (Nicolau, I. e Simaens, A., 2008:70).

A Carta Social de 2012 refere a existência de 5200 entidades proprietárias de Equipamentos Sociais, dos quais cerca de 90% são IPSS, como podemos verificar no gráfico 6.

Gráfico 6 – Distribuição das entidades proprietárias, segundo a natureza jurídica



Fonte: MSESS, Carta Social 2012

De acordo com o Despacho do Secretário de Estado da Segurança Social, de 2006/01/19, as respostas sociais são as seguintes:

Quadro 8 – Respostas Sociais para Crianças e Jovens

Infância e Juventude	
População Alvo	**Respostas sociais**
Crianças e Jovens	Ama
	Creche Familiar
	Creche
	Estabelecimento de Educação Pré-escolar
	Centro de Atividades de Tempos Livres
Crianças e Jovens com deficiência	Intervenção Precoce
	Lar de Apoio
	Transporte de Pessoas com Deficiência
Crianças e Jovens em situação de perigo	Centro de Apoio Familiar e Acolhimento Parental
	Equipa de Rua de Apoio a Crianças e Jovens
	Acolhimento Familiar para Crianças e Jovens
	Centro de Acolhimento Temporário
	Lar de Infância e Juventude
	Apartamento de Autonomização
	Atividades Socioeducativas (CPL - a aguardar enquadramento normativo)

Fonte: Elaboração Própria

Quadro 9 – Respostas Sociais para População Adulta

População Adulta	
População Alvo	**Respostas sociais**
Pessoas Idosas	Serviço de Apoio Domiciliário
	Centro de Convívio
	Centro de Dia
	Centro de Noite
	Acolhimento Familiar para Pessoas Idosas
	Residência
	Lar de Idosos
Pessoas adultas com deficiência	Centro de Atendimento/Acompanhamento e Animação P/Pessoas C/Deficiência
	Serviço de Apoio Domiciliário
	Centro de Atividades Ocupacionais
	Acolhimento Familiar para Pessoas Adultas com Deficiência
	Lar Residencial
	Transporte de Pessoas com Deficiência
Pessoas em situação de dependência	Serviço de Apoio Domiciliário
	Apoio Domiciliário Integrado – ADI
	Unidade de Apoio Integrado – UAI
Pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico	Forum Sócio-Operacional
	Unidade de Vida Protegida
	Unidade de Vida Autónoma
	Unidade de Vida Apoiada
Pessoas sem abrigo	Equipa de Rua para Pessoas Sem Abrigo
	Atelier Ocupacional

Fonte: Elaboração Própria

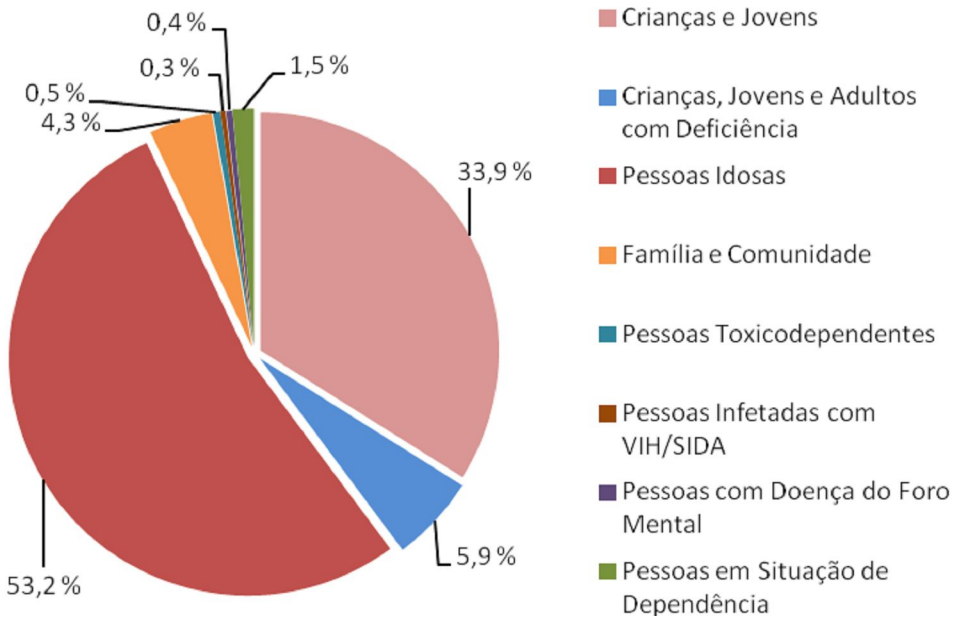
Quadro 10 – Respostas Sociais para Família e Comunidade

Família e Comunidade	
População Alvo	**Respostas sociais**
Família e comunidade em geral	Atendimento/Acompanhamento Socia
	Grupo de Auto-Ajuda
	Atendimento/Acompanhamento Social
	Grupo de Auto-Ajuda
	Centro Comunitário
	Centro de Férias e Lazer
	Refeitório/Cantina Social
	Centro de Apoio à Vida
	Comunidade de Inserção
	Centro de Alojamento Temporário
	Ajuda Alimentar
Pessoas com VIH/SIDA e suas famílias	Centro de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial
	Serviço de Apoio Domiciliário
	Residência para Pessoas com VIH/SIDA
Pessoas Toxicodependentes	Equipa de Intervenção Directa
	Apartamento de Reinserção Social
Pessoas vítimas de violência doméstica	Centro Atendimento
	Casa de Abrigo
Grupo Fechado	
População Alvo	**Respostas sociais**
Família e comunidade em geral	Apoio Domiciliário para Guarda de Crianças
	Apoio em Regime Ambulatório
	Imprensa Braille
	Escola de Cães-Guia

Fonte: Elaboração Própria

Conforme podemos verificar no gráfico seguinte, as respostas sociais dirigidas ao grupo das pessoas idosas atingiam, em 2012, 53,2 % do total, sendo superior às que se destinam ao grupo das crianças e jovens (33,69%) e das crianças, jovens e adultos com deficiência (5,9%), populações-alvo que em conjunto concentram mais de 90 % das respostas que compõem a RSES (MSS, Carta Social 2012:11).

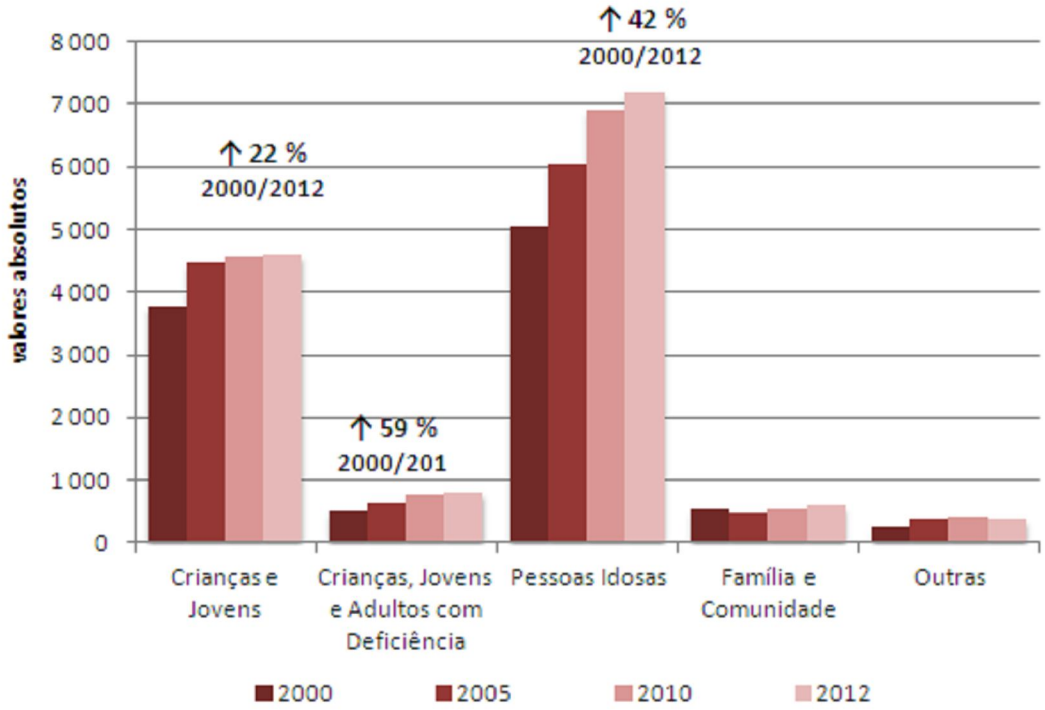
Gráfico 7 – Distribuição das respostas sociais por população-alvo no Continente 2012



Fonte: MSESS, Carta Social 2012

De acordo com dados da Carta Social 2012, verificou-se um aumento de 34% no número de entidades com respostas sociais, desde 2000, em todos os grupos-alvo.

Gráfico 8 – Evolução das respostas sociais por população-alvo no Continente 2000-2012



Fonte: MSESS, Carta Social 2012

Apesar das respostas referentes a Pessoas Idosas mostrarem o maior número (mais de 7100 em 2012) ao longo do período de 2000 a 2012, as respostas destinadas ao apoio de pessoas com deficiência (cerca de 800 em 2012) são as que registam o maior crescimento (59%), o que resulta aproximadamente em 300 novas respostas. As respostas direcionadas às crianças e jovens tiveram um crescimento de 22 % em 2012, em relação ao ano 2000, originando um aumento superior a 800 respostas, totalizando em 2012 cerca de 4600 respostas.

Considerando importante para o nosso trabalho perceber a contextualização do concelho de Peniche, iremos dedicar o próximo capítulo a esta análise, apresentando de uma forma mais detalhada as suas características.

PARTE II - ESTUDO EMPÍRICO APLICADO ÀS IPSS DO CONCELHO DE PENICHE

Capítulo 1 – Caraterização do Concelho de Peniche

Neste capítulo, pretendemos fazer uma breve contextualização do Concelho de Peniche, o concelho que escolhemos para concretizar em termos empíricos a nossa investigação. Essa opção, conforme já tivemos oportunidade de referir na introdução deste trabalho, prende-se essencialmente com a necessidade de informação manifestada por responsáveis nesta área, tendo nós acolhido de forma motivada esse desafio.

Desta forma, efetuamos a descrição das características geográficas do concelho, analisamos a evolução da sua população residente e do emprego, por sectores de atividade.

1.1 Dimensão geográfica e demográfica

O Concelho de Peniche está inserido no Distrito de Leiria e é parte integrante da sub-região Oeste. Geograficamente, o concelho de Peniche é limitado a oeste pelo Atlântico, a leste pelo concelho de Óbidos e a sul pelo da Lourinhã, possui uma área com cerca de 77,7 km^2 e uma população residente de 27.753 indivíduos (INE, 2011).

Atualmente o concelho divide-se em seis freguesias: três freguesias urbanas (Ajuda, Conceição e São Pedro) e três freguesias rurais (Ferrel, Atouguia da Baleia e Serra D'El Rei).

A cidade de Peniche é a cidade mais ocidental de Portugal, assim como da Europa continental.

Segundo dados dos Censos de 2011, o concelho de Peniche tem uma população residente de 27.753 indivíduos e distribui-se de uma forma quase equitativa pelos dois sexos: 14.309 são do sexo feminino e 13.444 do sexo masculino.

Em termos da evolução demográfica, podemos verificar que nas últimas décadas, assistiu-se a um crescimento populacional deste concelho, pois entre 1991 e 2001 houve um aumento de 1.435 habitantes e entre 2001 e 2011 existiu um crescimento mas menos significativo de 438 habitantes, conforme o quadro 11.

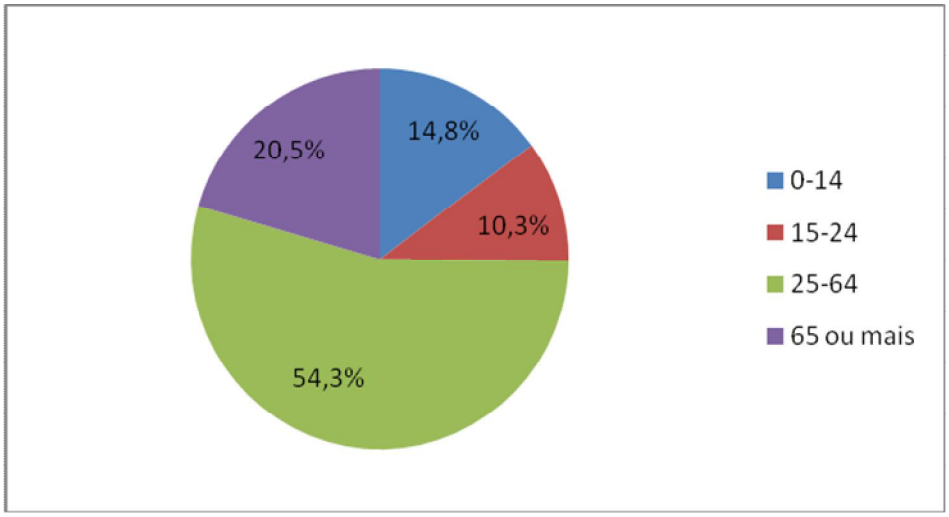
Quadro 11 - Evolução da População residente no concelho de Peniche (1991 a 2011)

Município Peniche	População residente		
Ano	HM	H	M
1991	25880	12717	13163
2001	27315	13377	13938
2011	27753	13444	14309

Fonte: INE

Quanto à composição etária, segundo o gráfico 5, constatamos que a maioria da população do concelho de Peniche (54,3%) se situa no intervalo de idade dos 25 aos 64 anos, 20,5% pertence ao grupo com mais de 65 anos de idade, 14,8% ao dos 0 aos 14 anos e 10,3% ao dos 15 aos 24 anos.

Gráfico 9 - População Residente no concelho de Peniche, segundo grupo etário em 2011



Fonte: INE

Ainda no aspeto demográfico e de acordo com o quadro 9, podemos observar a evolução da estrutura etária durante o período intercensitário e verificar que a percentagem de idosos aumentou de 16,7% para 20,5% na última década e que houve uma diminuição da proporção de crianças e jovens até aos 24 anos (sobretudo no grupo dos 15 aos 24 anos), na ordem dos 4,5 pontos percentuais.

Nos grupos etários mais jovens verificam-se taxas de crescimento negativas, bem evidenciadas na população dos 15 aos 24 anos (29,31%) e nos grupos etários mais velhos revelam-se evoluções positivas de 25,18%, no caso dos idosos, consistindo este valor a maior variação registada.

São diversos os factos que apontam para um envelhecimento da população: diminui o número de adultos jovens (15-24 anos) e aumenta a dos idosos (65 anos ou mais), enquanto que a população em idade ativa se mantém.

Quadro 12 - Evolução da estrutura etária da população residente no concelho de Peniche (1991-2001)

Grupos etários	2001		2011		Tx Var 01-11
	Nº	%	Nº	%	%
0-14	4331	15,9%	4119	14,8%	-4,89
15-24	4056	14,8%	2867	10,3%	-29,31
25-64	14373	52,6%	15065	54,3%	4,81
65 ou mais	4555	16,7%	5702	20,5%	25,18
Total	27315	100,0%	27753	100,0%	1,60

Fonte: INE

1.2 Dimensão económica

A atividade económica do concelho de Peniche durante muitos anos assentou nas atividades da pesca, nas indústrias relacionadas com a transformação de produtos primários, sobretudo os piscatórios (transformação do pescado, conservas, ultracongelados) e nas atividades agrícolas.

A importância socioeconómica destas atividades tem-se mantido até à atualidade, apesar de terem um peso bastante menor no tecido produtivo local, devido ao forte aumento do sector terciário.

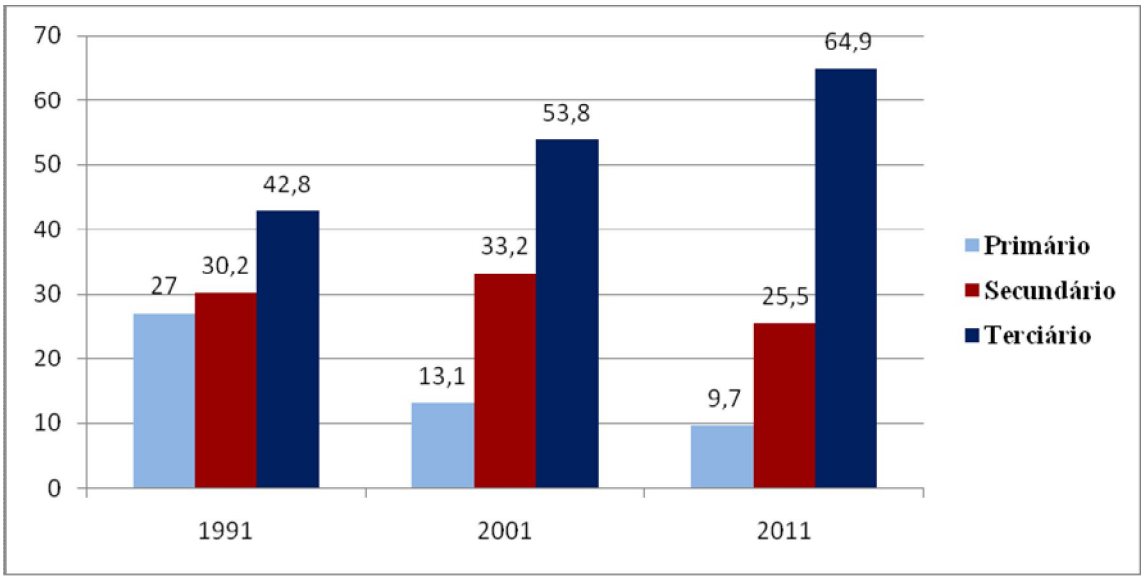
No sector terciário pode ser feita uma distinção entre as atividades de *natureza económica (Alojamento e Restauração, Transportes, Armazenagem e Comunicações, Atividades Financeiras, Atividades Imobiliárias)* e as de *natureza social (Administração Pública, Educação, Saúde e Ação Social, Outras Atividades de Serviços Coletivos, Sociais e Pessoais)* (Câmara Municipal de Peniche, 2009). Tendo como maior peso as de natureza económica, na última década foi o sector terciário de natureza social o que mais aumentou em termos de proporção.

O concelho de Peniche tem a sua estrutura produtiva muito centrada no sector terciário, nomeadamente se abranger para além da atividade comercial, a dos serviços, ainda que seja a atividade comercial a que tenha maior peso em termos de estabelecimentos e emprego.

A análise de dados estatísticos relativamente à distribuição da população empregada por sectores de atividades do concelho de Peniche, destaca as transformações ocorridas no tecido produtivo local, como podemos verificar no gráfico seguinte.

Nestas últimas décadas houve um aumento significativo do emprego no sector terciário e uma diminuição progressiva no sector primário, assim como uma redução ligeira no sector secundário.

Gráfico 10 - Evolução do Emprego no Concelho de Peniche por sectores, 1991, 2001 e 2011 (%)



Fonte: INE

Em 2011, a maioria da população ativa empregada do concelho de Peniche (64,9%) exercia a sua atividade no sector terciário, percentagem essa ligeiramente inferior à verificada em Portugal (70,5%). Em contrapartida, o emprego no sector primário (9,7%) era superior à média nacional (8,6%), por via da importância da agricultura e das pescas.

É este o contexto demográfico e económico do concelho que nos propomos estudar.

Capítulo 2 – Identificação das organizações de economia social do concelho de Peniche

Este capítulo tem como objetivo identificar as organizações de economia social existentes no concelho de Peniche para, posteriormente, melhor entendermos o contributo destas na economia do concelho.

2.1 Organizações de economia social do concelho de Peniche

Segundo um estudo realizado pela ADEPE – Associação para o Desenvolvimento de Peniche, em 1998 estimava-se que havia no concelho de Peniche um total de 60 organizações de economia social. Atualmente, estima-se que existam 96 organizações, o que corresponde a um crescimento na ordem de 60%.

Estas organizações representam um conjunto de diferentes formas associativas de empresas com valores, princípios e objetivos comuns, que podem assumir a forma de cooperativas, misericórdias e associações. Fazem também parte desta família as empresas sociais que operam em domínios como o ambiente, assistência social, cultura, comércio justo ou comércio ético e integração das populações desfavorecidas que atuam na luta contra a exclusão social.

As organizações de economia social são estruturas geradoras de emprego, proporcionando postos de trabalho e contribuem para a promoção do voluntariado. Para muitos indivíduos, são a única forma de aceder a atividades culturais, desportivas, recreativas, ou de ação social, disponibilizando um conjunto diversificado de serviços e equipamentos de uso coletivo.

Enunciamos aqui a listagem de organizações de economia social do concelho de Peniche, obtida através da nossa recolha e de dados facultados pelo Município de Peniche, que acreditamos estar muito próxima da realidade do concelho.

Quadro 13 – Listagem, por ordem alfabética, das organizações de economia social do concelho de Peniche

1	Acompanha
2	ADAP - Associação de Desporto Amador de Peniche
3	ADEPE - Associação para o Desenvolvimento de Peniche
4	ALA - Associação Local de Artes
5	AMA - Associação "mão amiga"
6	Arméria - Movimento Ambientalista do Concelho de Peniche
7	Associação Acólitos de Peniche
8	Associação Amigos da Berlenga
9	Associação Artesão de Santa Maria
10	Associação Botafogo Futebol Clube dos Bolhos
11	Associação Comercial e Industrial de Serviços do Concelho de Peniche
12	Associação Cult. Desp. Rec. Bufarda
13	Associação Cult. Desp. Ribafria
14	Associação Cult. Rec. Casais Brancos
15	Associação Cult. Rec. Desp. Casais Mestre Mendo
16	Associação Cult. Rec. Desp. Reinaldense
17	Associação Cult. Rec. Dona Inês de Castro
18	Associação Dadores Benévolos de Sangue de Peniche
19	Associação de Marinheiros e Ex-Marinheiros Armada Port. Lit. Oeste
20	Associação de Motociclismo de Peniche
21	Associação de Solidariedade Social de Ferrel
22	Associação Desp. Rec. Casal Moinho
23	Associação Desportiva. Cultural Recreativa. "O Independente"
24	Associação do Centro de Dia da Serra D'el Rei

25	Associação dos Bombeiros Voluntários de Peniche
26	Associação E.F.C.R. Penichense
27	Associação Juvenil de Peniche
28	Associação para Jardim de Infância de Serra D´El Rei
29	Associação para o Jardim de Infância de Ferrel
30	Associação Portuguesa de Taekwond-Do do Oeste
31	Associação Protectora dos Animais
32	Associação Rec. Cult. Desp. de Ferrel
33	Associação Rec. Cult. São Lourenço - Carqueja
34	Associação Rec. Forte Clube da Consolação
35	Associação Recreativa dos Amigos da Praia do Baleal
36	Associações Sociais - Freguesia de Serra D´El Rei
37	Atlético Clube de Geraldes
38	Casa do Benfica do Concelho de Peniche
39	Centro Activ. R. M. Casais do Júlio
40	Centro Canoagem do Oeste
41	Centro de Convívio e Cultura de Geraldes
42	Centro de Solidariedade e Cultura de Peniche
43	Centro Paroquial Bem Estar Social de Atouguia da Baleia
44	Centro Social da Bufarda
45	Centro Social do Pessoal - Câmara Municipal de Peniche
46	CERCIP
47	Clube de Lazer Santana
48	Clube de Pesca Desportiva "O Texugo"

49	Clube de Ténis de Peniche
50	Clube de Tiro de Peniche
51	Clube desportivo Leões do Bairro
52	Clube Naval de Peniche
53	Clube Ornitológico de Peniche
54	Clube Recreativo Penichense
55	Clube Stella Maris de Peniche
56	Corpo Nacional de Escutas - Agrupamento 1228 - Atouguia da Baleia
57	Corpo Nacional de Escutas - Agrupamento 512 - Peniche
58	Delegação da Cruz Vermelha Portuguesa de Peniche
59	Fábrica de Igreja Paroquial da Freguesia da Ajuda
60	Fábrica de Igreja Paroquial da Freguesia de S. Pedro de Peniche
61	Fábrica de Igreja Paroquial de S. Leonardo
62	Fábrica de Igreja Paroquial de S. Sebastião
63	Grupo Desportivo Atouguiense
64	Grupo desportivo Costa Brava
65	Grupo Desportivo de Peniche
66	Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios
67	Lusitano Clube da Bufarda
68	MURPI - Comissão Reformados, Pensionistas e Idosos de Peniche
69	Nova aliança Igreja Cristã
70	Núcleo de Peniche da Cruz Vermelha Portuguesa
71	Núcleo dos Ex-combatentes da cidade de Peniche
72	Núcleo Sportinguista de Atouguia da Baleia

73	Núcleo Sportinguista de Peniche
74	PAC - Peniche Amigos Clube
75	Paróquia de Peniche
76	Patrimonium - Centro de Estudos e Defesa Patrim. Reg. Peniche
77	Peniche-Rendibilros - Assoc. Defesa Promoção Rendas Bilros
78	Península de Peniche Surf Clube
79	Rancho Folclórico "As Lavadeiras dos Bolhos"
80	Rancho folclórico "Os Camponeses da Beira Mar"
81	Rotary Clube de Peniche
82	Rugby Clube de Peniche
83	Santa Casa da Misericórdia de Atouguia da Baleia
84	Santa Casa da Misericórdia de Peniche
85	Secretariado da Catequese de Atouguia da Baleia
86	Serrana - Associação Desportiva Cultural Recreativa.
87	Sociedade Columbófila Atouguiense
88	Sociedade Columbófila de Peniche
89	Sociedade Filarmónica União 1º Dezembro de 1902
90	Sporting Clube da Estrada
91	Sporting Clube de Vila Maria
92	União Desp. Cult. São Bernardino
93	União Desportivo de Casal da Vala
94	União Juvenil de Ferrel
95	União Rec. Desp. Cult. do Paço
96	Vespa Clube do Oeste

Fonte: Elaboração própria

Das 96 organizações da Economia Social identificadas no concelho de Peniche, pudemos verificar que a esmagadora maioria (92) são Associações. As restantes organizações são Misericórdias (2) e Cooperativas (2).

Estas organizações abrangem uma grande diversidade de atividades, desde associações culturais e recreativas, desportivas, ambientalistas, juvenis, de cariz social/humanitário ou religioso.

No concelho de Peniche existem 13 IPSS. O passo seguinte em termos de investigação será o de as conhecer melhor, caracterizá-las e refletir sobre o seu contributo para a economia do concelho.

Capítulo 3 – Metodologia

Neste capítulo pretende-se descrever o método de estudo utilizado, explicitando as opções relativas ao estudo quantitativo que elaborámos, a partir de um inquérito por questionário, as medidas usadas, a amostra, os procedimentos adotados para a aplicação do questionário e a análise dos dados daí resultantes.

3.1 Objetivo e questão de investigação

Conforme apresentámos na introdução deste trabalho, o objetivo principal desta investigação consiste em analisar o papel que as IPSS têm no concelho de Peniche.

De acordo com Quivy, R. e Campenhoudt, L. (1998:32), "O investigador deve procurar enunciar o projeto de investigação na forma de uma pergunta de partida, através da qual tenta exprimir o mais exatamente possível o que procura saber, elucidar, compreender melhor (…). A formulação da pergunta de partida obriga o investigador a uma clarificação frequentemente muito útil, das suas intenções e perspetivas espontâneas. Põe em prática uma das dimensões essenciais do processo científico: a rutura com os preconceitos e as noções prévias".

Face ao exposto, apresentamos a questão de investigação desta dissertação:

No âmbito da intervenção social, qual o papel desempenhado pelas IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social – de que o concelho de Peniche dispõe?"

Desta questão de investigação decorrem os seguintes objetivos gerais da dissertação:

(i) Contribuir para um melhor conhecimento sobre as IPSS, em particular no concelho de Peniche;

(ii) Contribuir para um incremento do conhecimento científico no domínio da economia social.

De forma a responder à nossa questão de investigação, será igualmente importante procurar caracterizar as Instituições quanto à sua natureza jurídica, fins estatutários, fontes de financiamento, relações interinstitucionais, atividades desenvolvidas e os recursos humanos, construindo assim uma visão mais global em torno das mesmas.

3.2 Hipóteses de investigação

Segundo Quivy, R. e Campenhoudt, L., "A organização de uma investigação em torno de hipóteses constitui a melhor forma de a conduzir com ordem e rigor. As hipóteses apontam o caminho da procura, fornecendo um fio condutor à investigação e fornecendo o critério para a recolha de dados que confrontará as hipóteses com a realidade" (1998:15).

A partir da nossa questão de investigação, formulámos as seguintes hipóteses:

H1 - Há uma correspondência entre a dimensão populacional das freguesias e a quantidade de IPSS que as servem.

H2 - As IPSS do concelho de Peniche têm serviços e equipamento suficientes para dar resposta à população do concelho.

H3 - As IPSS do concelho de Peniche dependem de financiamento externo para o cumprimento dos seus objetivos.

H4 - As IPSS do concelho de Peniche permitem estabilidade laboral aos seus colaboradores contratados.

H5 - O trabalho voluntário é importante para a dinâmica das IPSS do concelho de Peniche.

3.3 Tipo de estudo

A economia social é uma realidade que ainda se encontra pouco fundamentada e investigada, sobretudo no que se refere ao seu contributo e importância para o desenvolvimento integrado.

Tendo em conta o objetivo do estudo e a escassez de sistema estatístico no domínio das IPSS em Portugal e em particular no concelho de Peniche, optámos por um estudo quantitativo com o objetivo de criar uma base de informação que permitisse ultrapassar as deficiências existentes no domínio do registo estatístico.

Os estudos quantitativos conferem a possibilidade de "traduzir em números as opiniões e as informações para, em seguida, poderem ser classificadas e analisadas", na medida em que a investigação quantitativa "1) colhe os dados para comprovar teorias, hipóteses e modelos preconcebidos; 2) caracteriza-se pela presença de medidas numéricas e análises estatísticas para testar constructos específicos e hipóteses; 3) é um método sistemático e lida com informações objetivas; e 4) é associada a estudos positivistas confirmatórios". (Vilelas, 2009:103-104)

A metodologia de estudo quantitativa é a mais adequada para a caracterização que se pretende fazer, uma vez que permite quantificar as informações, através de técnicas estatísticas simples, objetivando resultados que evitem possíveis distorções de análise e interpretação, possibilitando uma maior margem de segurança. A recolha de dados evidenciará números (ou informações conversíveis em números) que permitam analisar de forma a corroborar (ainda que provisória) ou não as hipóteses definidas e enunciadas anteriormente.

Relativamente aos métodos quantitativos, realizamos um inquérito por questionário às IPSS do concelho de Peniche, cuja metodologia é apresentada no ponto seguinte (3.4.).
Segundo Vilelas (2009), a técnica mais comum de recolha de dados nos métodos quantitativos é o questionário.
Utilizamos o método de estudo de caso, que segundo Fernandes, L. e Gomes, J. (2003:15), "trata-se do estudo de casos isolados, em que a análise deve ser feita com profundidade, detalhadamente e de forma exaustiva, considerando as influências internas e externas". Para este estudo de caso escolhemos as IPSS do concelho de Peniche, pelo facto de conhecermos a realidade do concelho e sabermos que existe uma escassez de informação deste âmbito no concelho.

3.4 Instrumento de recolha dos dados

O principal instrumento utilizado neste estudo para a recolha de dados foi o inquérito por questionário, com perguntas fechadas e abertas. Um inquérito por questionário é "um instrumento para recolha de dados constituído por um conjunto mais ou menos amplo de perguntas e questões que se consideram relevantes de acordo com as características e dimensão do que se deseja observar." (Hoz, 1985:58).
"As questões fechadas têm a grande vantagem na facilidade da codificação e na análise dos resultados. Todos os entrevistados utilizam a mesma nomenclatura nas suas respostas e o mesmo grau de pormenor nas suas descrições" (Barañano, 2004:98)
No entanto, as perguntas fechadas também têm algumas desvantagens que devem ser tidas em conta na elaboração de um questionário. Por exemplo, pode existir a possibilidade de um entrevistado não estar certo de qual é a resposta melhor que deve optar e escolher ao acaso uma das respostas fixas em vez de utilizar um critério próprio.
Normalmente esta desvantagem é contrabalançada, incluindo-se outra alternativa no modelo da resposta fixa, por exemplo "Outros: _____. "Esta alternativa representa um

meio-termo excelente entre os formatos aberto e fechado, pelo facto de ser uma pergunta aberta dentro de um formato fechado" (Rea & Parker, 2000:46).

A construção do questionário resultou da reflexão proveniente das principais discussões teóricas sobre a economia social e as IPSS e da consulta de instrumentos semelhantes.

De acordo com os objetivos do trabalho, preparou-se um inquérito por questionário constituído por seis partes (ver Apêndice A). A primeira parte do questionário visa obter dados que permitam identificar o cargo ou a função do respondente e o seu tempo de permanência na organização, ou seja, constitui-se como uma breve caracterização da pessoa que responde em nome da instituição.

Na segunda parte, procura-se caracterizar a organização, nomeadamente o seu nome, a sua natureza jurídica, o seu fim estatutário e a freguesia onde está localizada. Também se pretende identificar qual ou quais as valências e/ou atividades que a organização oferece e qual o valor aproximado do número de beneficiários/utentes, a capacidade da organização e quantos se encontram em lista de espera, e ainda se a organização tem algum ou alguns projetos para o futuro.

Na terceira parte, pretende-se perceber se a organização está ou não envolvida em parcerias institucionais de âmbito local e/ou distrital e/ou regional e identificar qual (/quais) a(s) entidade(s) com as quais mantêm uma cooperação mais estreita.

Com a quarta parte, pretende-se identificar qual/quais a(s) diferente(s) fontes de financiamento para o normal e regular funcionamento da organização.

Na quinta parte, procura-se fazer um enquadramento dos recursos humanos na organização, nomeadamente apurar o número de trabalhadores remunerados da organização de acordo com o vínculo de trabalho e o sexo, o grupo etário e o nível de habilitações. Pretende-se também aferir se a organização tem trabalhadores voluntários e, se tiver, apurar quantos voluntários, por grupo etário, é que desenvolvem atividades na organização, quanto tempo em média por semana se dedicam à organização e quais as atividades desenvolvidas pelos voluntários na organização. Nesta parte incluímos também uma escala de quatro pontos, para avaliar a importância do trabalho voluntário para a organização.

Na sexta parte, procura-se verificar alguns elementos referentes ao emprego, nomeadamente em relação à remuneração dos colaboradores e ao modo de gestão dos horários de trabalho na organização. Nesta parte procura-se ainda avaliar a importância da atuação da organização e das IPSS em geral no domínio do emprego, recorrendo a uma escala de 4 posições.

3.5 Procedimentos adotados

3.5.1 Pré-teste

A primeira versão do questionário foi sujeita a um pré-teste. Este foi submetido a um pequeno conjunto de quatro funcionários de uma organização, que responderam ao questionário como se fossem representantes de uma IPSS, com o objetivo de validar as questões e corrigir pequenas falhas na construção das mesmas, de forma a tornar mais claro o questionário. O pré-teste foi aplicado durante os dias 10 e 11 de janeiro de 2013. A abordagem destes indivíduos foi efetuada através de contacto pessoal, uma vez que se tratavam de conhecidos. Os resultados do pré-teste indicaram que o questionário deveria ser revisto, uma vez que foram identificados erros ortográficos, assim como na construção de algumas frases e na numeração de perguntas. Desse pré-teste resultou ainda a introdução de uma ou duas questões novas que ajudariam a enriquecer a informação a recolher.

3.5.2 Aplicação do questionário

O questionário foi aplicado através de envio por correio eletrónico e ocorreu de 13 de janeiro a 8 de fevereiro de 2013. No desenvolvimento do presente estudo foi tido em conta a linha de investigação apresentada por alguns autores, sobre as vantagens e desvantagens da utilização deste meio para a aplicação de questionários no desenvolvimento de pesquisas.

Evans e Mathur (2005), e Fricker et al. (2005) apresentam como vantagens desta ferramenta a agilidade na aplicação e no controlo e follow-up das respostas, a facilidade de utilização para amostras de maior dimensão, o baixo custo, a exigência de respostas completas e a agilidade no desenvolvimento dos resultados. Como desvantagens, diversos autores (Evans e Mathur, 2005; Litvin e Kar, 2001; Weible e Wallace, 1998) sugerem entre outras, o baixo índice de respostas, a dificuldade em incluir incentivos que fomentem a participação dos inquiridos, a baixa confiabilidade nos dados, uma vez que muitos respondentes podem falsificar informações e a limitação às pessoas com acesso à Internet e à informática.

Como dispositivo de recolha, foi enviado um e-mail a todas as IPSS do concelho de Peniche, a solicitar a participação da instituição no estudo. Em anexo ao e-mail ia o questionário para preencher e posteriormente devolver. Após o envio do e-mail, contactámos todas as IPSS a confirmar a receção do mesmo. Sempre que considerado

necessário, foi feito um reforço de incentivo à resposta, uma vez que o objetivo, dado o número reduzido de instituições, era cobrir a totalidade das mesmas na participação no estudo.

3.6 População-alvo

3.6.1 Caracterização da população-alvo

No caso do presente estudo, a população-alvo corresponde ao total de IPSS do concelho de Peniche. Desta forma, o total da população-alvo a inquirir, de acordo com os dados fornecidos pelo Ministério da Solidariedade e Segurança Social, é de 13 IPSS. O quadro 14 apresenta as IPSS a quem foram dirigidos os questionários, tendo obtido uma taxa de resposta de 100%. O preenchimento do questionário foi, na maioria dos casos, da responsabilidade do Diretor da instituição.

Quadro 14 - População em estudo-alvo

IPSS e equiparadas
ACOMPANHA - Cooperativa de Solidariedade Social, C.R.L.
AMA - Associação "mão amiga"
Associação de Solidariedade Social de Ferrel
Associação Juvenil de Peniche
Associação para Centro de Dia de Serra D´el Rei
Associação para Jardim de Infantil de Serra D´el Rei
Associação para Jardim Infantil de Ferrel
Centro Paroquial de Bem Estar Social de Atouguia da Baleia
Centro Social da Bufarda
Centro Solidariedade e Cultura de Peniche
Cercipeniche – CRL
Nova Aliança - Centro Social
Santa Casa da Misericórdia de Peniche

Fonte: Elaboração própria

Capítulo 4 – Análise de Dados

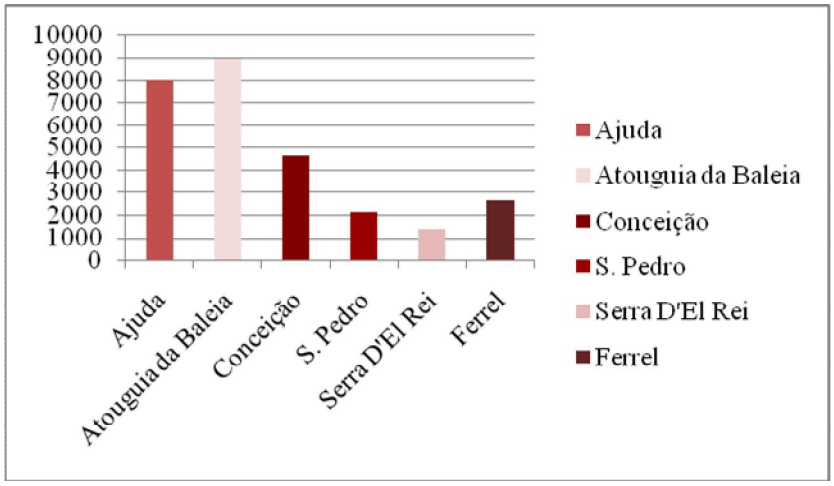
Este capítulo tem por objetivo efetuar a análise dos dados recolhidos através do questionário. Os resultados seguidamente apresentados referem-se, portanto, aos dados obtidos no questionário aplicado a todas as IPSS do concelho de Peniche e que foram objeto de tratamento estatístico descritivo simples.

4.1 Caraterização das IPSS no concelho de Peniche

4.1.1 Distribuição das Instituições por Concelho

Como vimos anteriormente, o concelho de Peniche tem uma população residente de 27.753 indivíduos e é constituído por 6 freguesias: Ajuda, Conceição e São Pedro (freguesias em que se divide a cidade) e Ferrel, Atouguia da Baleia e Serra d'El Rei, na zona mais rural.

Gráfico 11 - População residente no concelho de Peniche, por Freguesia



Fonte: dados INE

No quadro 15, podemos verificar que em todas as freguesias do concelho se encontram IPSS. Naturalmente, as freguesias de maior densidade populacional são também aquelas que têm mais Instituições, como é o caso das freguesias da Ajuda e de Atouguia da Baleia, ambas com 3 IPSS. Este resultado vai ao encontro do esperado e permite corroborar a hipótese n.º 1 - *Há uma correspondência entre a dimensão populacional das freguesias e a quantidade de IPSS que as servem.*

Quadro 15 - Distribuição das IPSS por freguesia

Freguesia	N
Ajuda	3
Atouguia da Baleia	3
Conceição	2
Ferrel	2
Serra D'El Rei	2
S. Pedro	1
Total	13

Fonte: Elaboração própria

4.1.2 Natureza Jurídica das IPSS do concelho

Com o objetivo de verificar a forma jurídica das IPSS no concelho de Peniche, agrupamos as entidades em Associações, Cooperativas, Fundações, Irmandades da Misericórdias e Mutualidades.

No universo das 13 IPSS do concelho de Peniche, verificamos que a natureza jurídica da maioria (10) são associações. As Cooperativas são duas e apenas uma tem a natureza jurídica de Irmandade ou Misericórdia.

Quadro 16 - Natureza jurídica

	N	%
Associação	10	77%
Cooperativa	2	15%
Fundação	0	0%
Irmandade da Misericórdia	1	8%
Mutualidade	0	0%
Total	13	100%

Fonte: Elaboração própria

Podemos ainda verificar que no concelho não existe nenhuma IPSS de natureza jurídica fundacional, nem associações de socorros mútuos ou associações mutualistas.

De acordo com a CAOES - Classificação das Organizações da Economia Social e segundo a natureza jurídica das IPSS estudadas, podemos verificar que estão todas enquadradas na ação social.

4.1.3 Fim estatutário das organizações

Para percebemos o âmbito e a área de intervenção das IPSS é necessário conhecer os seus fins estatutários, isto é, os interesses para a qual se constituíram e foram reconhecidas.

De forma a possibilitar uma análise mais detalhada das diversas IPSS, optamos por agrupá-las em sete categorias (ver quadro 17).

Tendo em conta que esta era uma questão de resposta múltipla, uma vez que cada IPSS poderia assumir mais do que um fim estatutário, a análise da distribuição de frequências e as estatísticas de ordem a ela associada foi desenvolvida a partir da contagem do número de vezes que uma determinada opção foi assinalada. De uma forma esquemática, verifica-se então que a maioria das IPSS se destina ao apoio da terceira idade e ao apoio à infância e juventude (ambas com 8), seguindo-se o apoio social e comunitário (3).

Quadro 17 - Fim estatuário da organização

	F
Apoio à Terceira Idade	8
Apoio à Infância e Juventude	8
Apoio Social e Comunitário	3
Apoio ao cidadão portador de deficiência	1
Apoio Social e Caritativo	1
Promoção e Prestação de Cuidados de Saúde	1
Promoção do Desenvolvimento Local e Regional	1
Outra	0

Fonte: Elaboração própria

4.2 O âmbito das IPSS

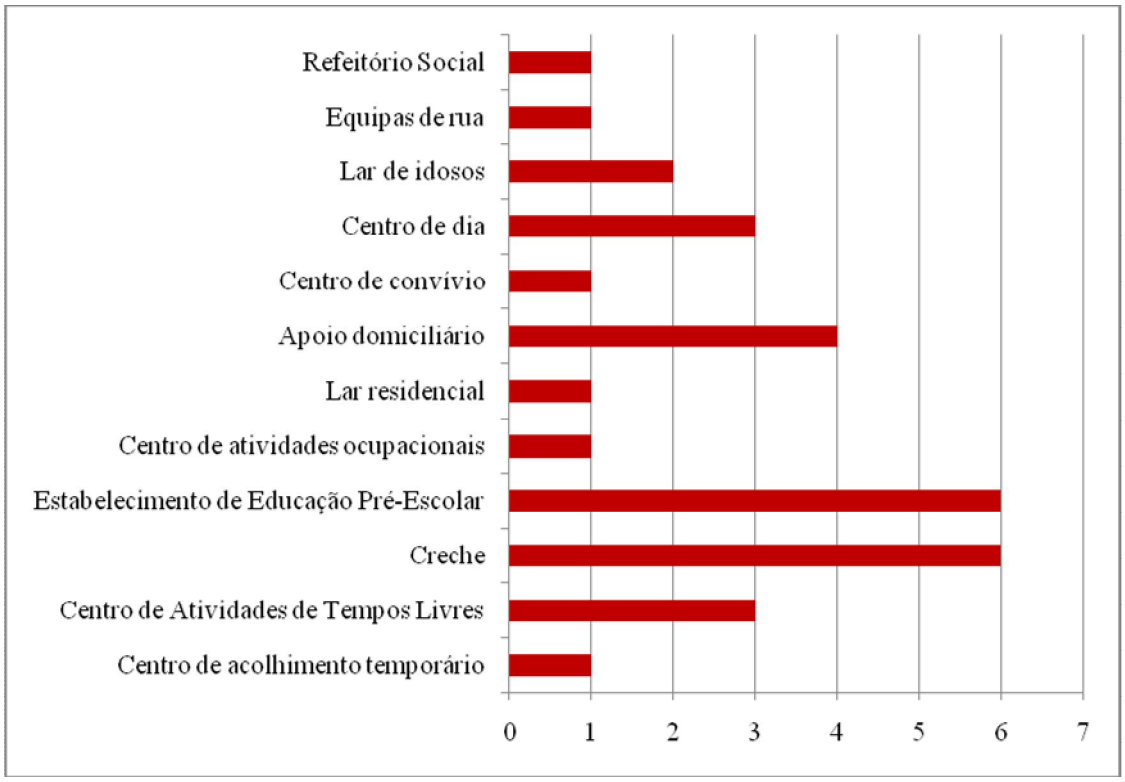
4.2.1 Serviços prestados

Com o fim de contribuir para a melhoria das condições sociais da população em geral, para a inclusão social dos grupos desfavorecidos, assim como para a qualidade de vida da comunidade, de acordo com o fim estatuário de cada uma, as IPSS desenvolvem atividades no sentido de dar resposta às necessidades existentes nas localidades da sua área de intervenção.

As atividades desenvolvidas pelas IPSS são diversificadas em vários domínios. A partir das 13 organizações que compõem o universo de estudo, registaram-se 12 atividades diferentes e foram obtidas 30 frequências de resposta.

A incidência das atividades associadas à população objeto está evidenciada no gráfico 8, constatando-se que as atividades de maior referência se desenvolvem no âmbito "Apoio a crianças e jovens", nomeadamente nas creches e estabelecimento de educação pré-escolar, e "Apoio a idosos", principalmente no apoio domiciliário e centro de dia.

Gráfico 12- Atividades desenvolvidas pelas IPSS



Fonte: Elaboração própria

Nota: Frequência de respostas afirmativas

Na Carta Social – RSES - Rede de Serviços e Equipamentos Sociais 2012 também são as respostas dirigidas às pessoas idosas e às crianças e jovens que dispõem de maior peso no âmbito da RSES, correspondendo em 2012 a mais de 7.100 e 4.600 respostas, respetivamente.

Relativamente à população abrangida à data do estudo, estas atividades davam resposta a um total de 1.798 indivíduos, sendo nas creches e estabelecimentos de educação pré-escolar onde se concentra o maior número de utentes, seguidamente no apoio domiciliário e nas equipas de rua (quadro 18).

No caso particular dos serviços e equipamentos de apoio a idosos, para além do número elevado de valências/atividades existentes, o número de utentes abrangidos tem de ser considerado como um reflexo do envelhecimento populacional, pois 20,5% da população residente no concelho de Peniche tem 65 ou mais anos de idade.

Em relação ao igualmente significativo número de serviços e equipamentos de apoio à infância e juventude, e respetivo número de utentes, a justificação reside, em parte, no hábito da integração das crianças desde cedo no sistema educativo. Por outro lado, um fator que pode ajudar a explicar estes valores, é o que diz respeito à alteração dos papéis dentro da estrutura familiar, mais concretamente pelo aumento da taxa de participação das mulheres no mercado de trabalho.

Em relação ao número significativo de utentes no âmbito dos serviços e equipamentos de apoio a toxicodependentes, esse trabalho é desenvolvido pelas equipas de rua que atuam na área da redução de riscos e minimização de danos associados ao consumo de drogas.

O concelho de Peniche é o concelho do distrito de Leiria com o maior número de prevalência do VIH/SIDA[8]. Neste sentido, a intervenção da equipa de rua é essencialmente ao nível da informação de boas práticas de consumo e da prevenção do VIH/Sida e outras doenças infeto-contagiosas, no âmbito da redução e mudança de comportamentos de risco.

[8] Resumo do diagnóstico do território. Eixo de Peniche - Freguesia da Ajuda (2007), consultado em www.idt.pt/PT/.../Peniche%20-%20Freguesia%20da%20Ajuda.pdf

Quadro 18 - Nº de utentes por atividades

Valências/atividades		N	%
Serviços e Equipamentos de Apoio à infância e juventude	Centro de acolhimento temporário	12	1%
	Centro de Atividades de Tempos Livres	104	6%
	Creche	342	19%
	Estabelecimento de Educação Pré-Escolar	489	27%
Serviços e Equipamentos de Apoio à Reabilitação e à Deficiência	Centro de atividades ocupacionais	80	4%
	Lar residencial	8	0%
Serviços e Equipamentos de Apoio a Idosos	Apoio domiciliário	256	14%
	Centro de convívio	10	1%
	Centro de dia	75	4%
	Lar de idosos	97	5%
Serviços e Equipamentos de Apoio a Toxicodependentes	Equipas de rua	247	14%
Outras	Refeitório Social	78	4%
Total		1.798	100%

Fonte: Elaboração própria

Apesar do concelho de Peniche possuir um número considerável de IPSS com respostas em diversos serviços sociais e com base nos dados obtidos, podemos constatar que são insuficientes para dar resposta a toda a população. Tal verifica-se principalmente nos serviços e equipamentos de apoio à infância e juventude, onde se verifica uma lista de espera de 96 crianças para creche e de 52 crianças para o estabelecimento de educação pré-escolar. Também nos serviços e equipamentos de apoio a idosos, mais concretamente no Lar de idosos, existe uma lista de espera extensa de 178 idosos, sendo que a lista poderá ser maior, considerando o facto de haver idosos que procuram o Lar, mas que não fazem qualquer inscrição (ver quadro 19). Este resultado não vai ao encontro do esperado e não é possível corroborar a hipótese n.º 2 - *As IPSS do concelho de Peniche têm serviços e equipamento suficientes para dar resposta à população do concelho.*

Quadro 19 - Nº de utentes em lista de espera

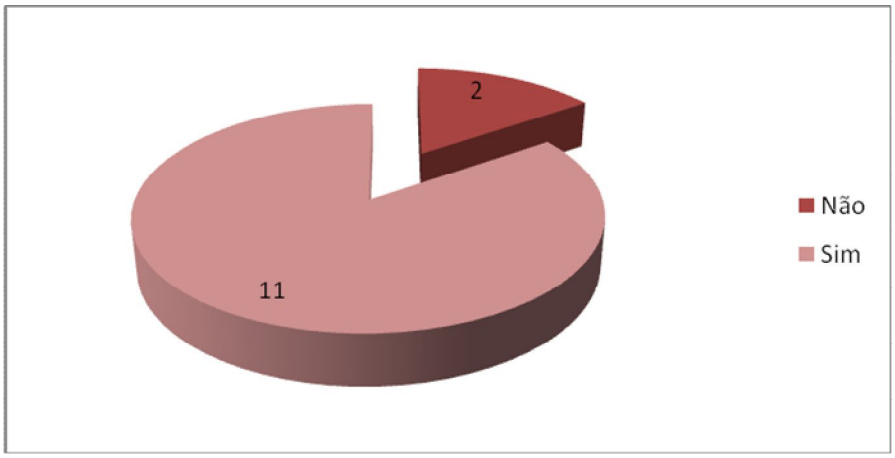
Valências/atividades		N
Serviços e Equipamentos de Apoio à infância e juventude	Centro de acolhimento temporário	
	Centro de Atividades de Tempos Livres	
	Creche	96
	Estabelecimento de Educação Pré-Escolar	52
Serviços e Equipamentos de Apoio à Reabilitação e à Deficiência	Centro de atividades ocupacionais	
	Lar residencial	
Serviços e Equipamentos de Apoio a Idosos	Apoio domiciliário	10
	Centro de convívio	
	Centro de dia	
	Lar de idosos	178
Serviços e Equipamentos de Apoio a Toxicodependentes	Equipas de rua	
Outras	Refeitório Social	
Total		336

Fonte: Elaboração própria
Nota: Não foi possível obter resposta de todas as IPSS.

Sendo insuficientes os equipamentos de apoio à infância e juventude e os equipamentos de apoio a idosos, é necessário as IPSS no futuro começarem a pensar em colmatar esta situação.

Em relação aos projetos para o futuro, verificamos que a maioria das IPSS, neste caso 11 organizações, afirma que tem esses projetos no seu campo de ação futuro.

Gráfico 13 - IPSS com projetos para o futuro



Fonte: Elaboração própria

Os projetos que as IPSS ambicionam para o futuro vão de encontro às necessidades da população de Peniche, sendo a maioria equipamentos de apoio a idosos, sobretudo Centro de Dia e Lar de Idosos.

Quadro 20 - Projetos IPSS

	F	%
Construção de Centro de Dia	3	21%
Criação duma horta de ervas aromáticas	1	7%
Cantina Social	1	7%
Construção de um Lar Residencial para pessoas com deficiência	1	7%
Construção ou ampliação de Creche	2	14%
Construção ou ampliação de um Lar de Idosos	3	21%
SAD - Serviço de apoio domiciliário	2	14%
Unidade de cuidados continuados	1	7%
Total	14	100%

Fonte: Elaboração própria
Nota: Frequência de respostas afirmativas

4.2.2 As parcerias e as relações organizacionais das IPSS

Segundo Fleury e Overney (2007, citado por Perret, Vinha, Teixeira & Junqueira, s.d:8), as redes de parceria "são uma solução para administrar políticas e projetos onde os recursos são escassos e os problemas complexos, onde existam múltiplos atores envolvidos, onde há interação de agentes públicos e privados, centrais e locais."

Inicialmente as parcerias podem parecer uma maneira difícil de abordar os problemas sociais, mas possuem um grande potencial para resolvê-los. De forma a contornar as dificuldades das parcerias, é necessário encontrar instrumentos para dominar os desequilíbrios do poder; neste sentido as IPSS devem criar parcerias que funcionem de uma forma simples, de modo a facilitar o diálogo, a participação e a decisão, devendo ser flexíveis na busca de soluções que resolvam os problemas ou para a criação de novas respostas. Partindo desta base teórica, perguntámos às IPSS se estão envolvidas em parcerias institucionais de âmbito quer local, distrital e/ou regional, e constatámos que todas estão envolvidas em parcerias. Relativamente às entidades com as quais as IPSS mantêm parcerias, foram obtidas 30 frequências de resposta. Podemos constatar (quadro 21) que as IPSS valorizam as parcerias estabelecidas com "Autarquias" (30%), com

"Associações locais" (27%) com "Organismos locais/regionais do Estado" (17%) e com "Empresas" (10%).

Quadro 21 - Entidades com as quais as IPSS têm parcerias

	F	%
Outras organizações idênticas	5	17%
Empresas	3	10%
Autarquias	9	30%
Outros serviços locais/regionais dos organismos do Estado	5	17%
Associações Locais	8	27%
Organismos representativos de utentes/beneficiários	0	0%
Outras parcerias: Qual (/quais):	0	0%
Total	30	100%

Fonte: Elaboração própria

Nota: Frequência de respostas afirmativas

4.3 Componente Económica

4.3.1 Fontes de Financiamento

As IPSS, para desenvolver as suas atividades, necessitam de dispor de recursos financeiros: No entanto, devido à sua natureza, torna-se para elas um problema porque geralmente não conseguem gerar fundos de forma autónoma. Para garantir o normal e regular financiamento da organização, têm de recorrer a fontes de financiamento internas ou externas à organização.

Como fontes internas, podemos considerar as quotas dos associados, receitas próprias e os serviços pagos pelos utentes. As fontes externas consistem essencialmente em financiamentos públicos provenientes de acordos de cooperação e autarquias, programas Europeus e/ou nacionais, e donativos.

Da análise feita às IPSS do estudo, relativamente às fontes de financiamento podemos verificar o seguinte: das 41 frequências de resposta obtidas no total, a fonte de financiamento com mais respostas foram os acordos de cooperação (11), em seguida as prestações pagas pelos utentes (10), as quotas dos associados (7) e a menos respondida as autarquias (2).

Com estes dados podemos perceber que os subsídios dos acordos de cooperação são um dos financiamentos da maioria das IPSS do estudo, e em seguida são as prestações pagas pelos utentes. Este resultado vai ao encontro do esperado e permite corroborar a hipótese n.º 3 - *As IPSS do concelho de Peniche dependem de financiamento externo para o cumprimento dos seus objetivos.*

Quadro 22 - Fontes de financiamento

	F	%
Quotas dos Associados	7	17%
Receitas Próprias	3	7%
Acordos de Cooperação	11	27%
Donativos	5	12%
Autarquias	2	5%
Financiamento através de Programas Europeus e/ou Nacionais	3	7%
Utentes	10	24%
Outras fontes de financiamento Qual(/quais):		0%
Total	41	7%

Fonte: Elaboração própria
Nota: Frequência de respostas afirmativas

4.4 As IPSS face ao mercado de trabalho

4.4.1 Trabalhadores remunerados

"O emprego não é apenas um meio de produção de riqueza, mas também um meio de integração social. O trabalho remunerado com duração indeterminada, com salário regular, (…) conferiu um estatuto social ao trabalhador. O termo trabalho ficou associado à noção do emprego. Numa tentativa de esclarecer os conceitos, a nossa posição é de que emprego equivale ao trabalho remunerado. O termo emprego pressupõe ainda a existência de diferentes estatutos" (Kovács, Casaca, Ferreira & Sousa, 2006:7).

Para fazer este estudo, optámos por efetuar um levantamento do número de trabalhadores remunerados, tendo em conta o tipo de vínculo contratual: tempo parcial, tempo inteiro, contrato sem termo, contrato a termo e outros regimes.

Da análise às IPSS do estudo (quadro 23) verificamos que estas abrangem no total 413 trabalhadores, dos quais a maioria (98,5%) trabalha a tempo inteiro e apenas 1,5% a tempo

parcial. Relativamente ao tipo de contrato, a maioria dos trabalhadores (68,3%) tem um contrato sem termo, o que significa que têm um contrato sem uma duração pré-estabelecida. Este resultado vai ao encontro do esperado e permite corroborar a hipótese n.º 4 - *As IPSS do concelho de Peniche permitem estabilidade laboral aos seus colaboradores contratados.*

Quanto ao contrato a termo, tem uma representação ainda significativa (24,5%), sendo um contrato celebrado entre a entidade empregadora e o funcionário para fins de satisfação de necessidades temporárias da empresa.

Os Outros regimes têm uma representação pouco significativa (5,8%) e incluem trabalhadores que estão em regime de prestação de serviços ou que se inserem no trabalho eventual.

Quadro 23 - Número de trabalhadores remunerados

	N	%
Tempo Inteiro	**407**	**98,5%**
Contrato sem termo	282	68,3%
Contrato a termo	101	24,5%
Outros regimes	24	5,8%
Parcial	**6**	**1,5%**
Total	**413**	**100,0%**

Fonte: Elaboração própria

Ainda relativamente aos trabalhadores remunerados, no que diz respeito às características dos "Horários de trabalho" (Apêndice C), pretendia-se perceber em que medida os horários apresentavam uma maior ou menor rigidez, cujos extremos são o horário de trabalho fixo e o horário de trabalho flexível. As evidências percecionadas revelaram um registo maior dos horários de trabalho flexível, abrangendo 50% das IPSS do estudo (6), que responderam “Para muitos” e “Todos os trabalhadores”.

4.4.2 As características dos trabalhadores remunerados

Os trabalhadores remunerados, relativamente às IPSS do estudo, correspondem maioritariamente a indivíduos com idades compreendidas entre os 30 e 44 anos (52%) e entre os 45 e 54 anos (26%). Os trabalhadores com mais de 65 anos não têm uma presença significativa nestas organizações (apenas 1%).

Quadro 24 – Distribuição dos trabalhadores por grupo

Idade	N	%
Menos de 30 anos	33	8%
30-44	213	52%
45-54	109	26%
55-65	55	13%
Mais de 65 anos	3	1%
Total	413	100%

Fonte: Elaboração própria

Quanto à divisão dos trabalhadores por género (Quadro 25), constatou-se que a grande maioria dos trabalhadores remunerados nas IPSS do estudo pertence ao sexo feminino (91%) e apenas 9% são do sexo masculino.

Quadro 25 – Distribuição dos trabalhadores por Género

Género	N	%
Feminino	377	91%
Masculino	36	9%
Total	413	100%

Fonte: Elaboração própria

A partir da aplicação de indicadores do nível de escolaridade[9] (Reis, 2003), constata-se que em o nível de habilitações dos trabalhadores remunerados das IPSS do estudo é baixo, pois cerca de metade (50.6%) dos trabalhadores possui habilitações até ao nível do 3º ciclo do Ensino Básico (ver quadro 26).

[9] TEE (Taxa de Escolaridade elevada) =Licenciados /População remunerada
TEM (Taxa de Escolaridade média) = Ensino Secundário + Cursos Escolas Prof./População remunerada
TEB (Taxa de Escolaridade baixa) = Igual ou inferior 3°Ciclo do Ensino Básico/População remunerada

Quadro 26 - Nível de Habilitações Literárias dos trabalhadores remunerados

	N	%	Taxa de escolaridade
Inferior ao 1º ciclo	5	50,6%	TEB
1ª Ciclo	45		
2º Ciclo	20		
3º Ciclo	139		
Ensino Secundário	97	23,5%	TEM
Ensino superior	107	25,9%	TEE
Total	413	100,0%	

Fonte: Elaboração própria

Uma variável importante que qualifica o emprego nas IPSS prende-se com as "remunerações dos colaboradores", permitindo-nos compreender o grau de proximidade face a organizações públicas e privadas do setor lucrativo. Assim, quando confrontados com a questão de opção múltipla, acerca das remunerações praticadas, os inquiridos apontam como referência o mercado, ou seja, o campo do setor privado lucrativo, conotado como menos estimulante do que as remunerações da função pública.

Quadro 27 - Remunerações dos colaboradores

	N	%
São fixados em função do seu equivalente na função pública.	0	0%
Situam-se abaixo do seu equivalente na função pública.	0	0%
Seguem os níveis praticados no mercado.	9	75%
Situam-se abaixo dos níveis praticados no mercado.	0	0%
Outra situação, Qual? *	3	25%
Total	12	100%

Fonte: Elaboração própria
*Não foram identificadas quais

4.5 O enquadramento do trabalho voluntário nas IPSS

No Estudo sobre o Voluntariado, realizado pelo Observatório do Emprego e Formação Profissional (2008), constata-se que cerca de 70% das IPSS acolheram voluntários em 2005.

A presença de voluntários num grande número de organizações obriga a repensar a noção e a perceção do próprio emprego na economia social. Embora, muitas vezes, abordados como objetos distintos, existe uma clara relação de proximidade entre o voluntariado e o emprego, visível em termos teóricos e, principalmente, em termos de práticas e de políticas públicas. Podemos observar uma grande formalização do voluntariado e uma preocupação em aumentar os níveis de participação da sociedade portuguesa, que são bastante reduzidos quando comparados com os outros países europeus.

Nas organizações, é muito importante que sejam definidas as especificidades do trabalho de voluntariado no âmbito das suas diferenças face ao trabalho remunerado. Por vezes, a ausência desta definição pode originar o aproveitamento de voluntários para ocupar funções que deveriam ser apenas da responsabilidade dos trabalhadores remunerados, isto é, no sentido de serem utilizados para substituir postos de trabalho, originando assim que os trabalhadores remunerados olhem para os trabalhadores voluntários como potenciais candidatos a lhes ocuparem o lugar. Neste sentido, é necessário definir os pressupostos do trabalho dos trabalhadores voluntários, devendo este ser complementar ao trabalho dos trabalhadores remunerados (Marques, R., Serapioni, M. & Lima, T., 2012).

Com base neste enquadramento, a medição do trabalho voluntário foi empiricamente observada, revelando os dados obtidos da população analisada que, das 13 entidades, apenas 7 (54%) referem que enquadram trabalhadores voluntários na organização e 6 (46%) referem não terem voluntários. Destas 7, existe uma IPSS que enquadra exclusivamente trabalhadores voluntários.

4.5.1 A composição etária dos voluntários nas IPSS

As 7 IPSS que afirmam enquadrar voluntários representam no global 50 trabalhadores. A distribuição etária destes (Quadro 28) revela que a maioria se enquadra no escalão etário dos 30 aos 44 anos (18) e que a minoria se enquadra no escalão etário dos 45 aos 54 anos (7).

Quadro 28 - Idade dos voluntários

Grupos etários	N	%
Menos de 30 anos	8	16%
30-44	18	36%
45-54	9	18%
55-65	7	14%
Mais de 65 anos	8	16%
Total	50	100%

Fonte: Elaboração própria

4.5.2 O tempo disponibilizado pelos voluntários às IPSS

O tempo dedicado pelos voluntários às entidades mostra-se uma variável importante na caracterização deste tipo de trabalho, considerando apenas as que envolvem trabalhadores voluntários. A presença dos voluntários nas IPSS ocupa em termos de média de horas semanais entre 5 a 9 horas de tempo de trabalho, atendendo a que é este o item mais apontado.

Quadro 29 - Distribuição do Voluntariado por Horas de Trabalho

Horas	< 5h	5h-9h	10h-14h	15h-19h	20h-24h	Mais 25h	Total
F	1	5				1	7
%	14%	71%	0%	0%	0%	14%	100%

Fonte: Elaboração própria
Nota: Frequência de respostas afirmativas

4.5.3 Atividades desenvolvidas pelos voluntários nas IPSS

No Estudo sobre o Voluntariado, realizado pelo Observatório do Emprego e Formação Profissional (2008), constata-se que mais de 80% das instituições referiram ter voluntários a participar nos órgãos sociais e a desempenhar tarefas de gestão/ Direção, enquanto apenas 16% indicaram ter voluntários a vender produtos ou desempenhar outras atividades. Em relação ao concelho de Peniche, verificamos o contrário deste estudo.

Observando que esta era uma questão de resposta múltipla, sobre as atividades do trabalho voluntário nas IPSS, verifica-se que a participação está fundamentalmente ligada a atividades de apoio social (6).

Como segundas atividades mais representativas dos voluntários temos as atividades ligadas à direção e as atividades polivalentes, ambas com 4 respostas cada.

Uma das IPSS que enquadra unicamente trabalhadores voluntários assinalou a resposta "outras" e indicou atividades que eram realizadas pelos voluntários na organização, como podemos verificar no quadro seguinte.

Quadro 30 - Atividades desenvolvidas pelos voluntários nas IPSS

Atividades	F	%
Ligadas a direção da organização	4	27%
Administrativas		0%
Técnicas		0%
Apoio social	6	40%
Polivalentes	4	27%
Outra(s): Qual (/quais)?	1	7%
- Ginástica de manutenção		
- Caminhada		
- Dança		
- Atividades culturais		
Total	15	100%

Fonte: Elaboração própria
Nota: Frequência de respostas afirmativas

4.5.4 A importância do trabalho voluntário para as IPSS

Para as IPSS estudadas, o trabalho dos voluntários constitui uma valorização para a organização, já que conta com a sua experiência, sendo esta qualidade considerada muito importante para a totalidade das IPSS do estudo (7) que enquadram voluntários. Um outro elemento que constitui, para as IPSS, uma vantagem resultante da presença dos voluntários refere-se à importância do seu trabalho como um complemento da ação dos profissionais remunerados. Neste âmbito, existe a ideia de que os voluntários e os profissionais exercem funções complementares, não se mostrando importante para as IPSS a presença de voluntários como substitutos dos profissionais remunerados (6 assinalam como nada importante e pouco importante).

O trabalho voluntário é também uma vantagem financeira, porque envolve poucos encargos. Verifica-se das respostas dos inquiridos que estes estão um pouco divididos quanto à importância deste atributo: 3 dos inquiridos consideram importante, e os restantes 4 consideram pouco importante. Este resultado vai ao encontro do esperado e permite

corroborar a hipótese n.º5 - *O trabalho voluntário é importante para a dinâmica das IPSS do concelho de Peniche.*

De acordo com Salamon (1996, citado por Reis, 2003:196), "o terceiro sector beneficia da atividade de trabalhadores voluntários, os quais adicionam às organizações uma produção raramente contabilizada. O Voluntariado constitui pois uma dimensão acrescida nas operações do terceiro sector constituindo uma força económica importante".

Para além de tentarmos perceber a importância do voluntariado para as IPSS, também considerámos importante compreender, ainda que do ponto de vista organizacional, qual a importância do voluntariado para os próprios voluntários. Nesta lógica, e após a análise das variáveis que identificam o trabalho voluntário, a saber "Como uma forma para aceder a futuros postos de trabalho", "Constitui uma via de inserção social", "Permite obter prática profissional e melhorar o currículo", - constatamos que a maioria das organizações inquiridas admite ser Muito importante e Importante esse trabalho (Apêndice D).

4.6 A perceção subjetiva das IPSS do concelho de Peniche face ao emprego

4.6.1 A importância da sua organização no domínio do emprego

Relativamente à importância da atuação da organização no domínio do emprego, verifica-se que as IPSS estudadas valorizaram mais o seu contributo nos domínios relacionados com a sua capacidade de criarem emprego estável: 9 inquiridos consideraram muito importante; a possibilidade de criar oportunidades de emprego foi considerada muito importante e importante, ambas com 6 respostas; contribuir para a diminuição do desemprego na zona de abrangência foi indicado como muito importante para 3 e importante para 6; finalmente, o contributo para empregar pessoas com menos qualificação é muito importante para 3 e importante para 5

Como aspeto menos valorizado, as organizações referem a sua capacidade de criar novas formas de trabalho não remunerado pouco importante (6) e nada importante (1), e a sua capacidade para criar emprego em áreas de atuação inovadoras, sendo que 5 responderam pouco importante (Apêndice E).

Ainda relativamente ao emprego e à organização do trabalho, as IPSS identificaram algumas ações necessárias a implementar (Apêndice F) tais como: "Facilitar a progressão na carreira" (50%), "Apostar na valorização profissional (42%), "Melhorar os níveis remuneratórios (58%) e "Contratar trabalhadores com maiores qualificações" (50%).

Como ações pouco necessárias de implementar, identificaram: "Promover uma maior extensão das funções exercidas pelo trabalhador" (58%), "Contratar trabalhadores com maior habilitação" (50%), "Aumentar as participações nas decisões" (50%) e "Possibilitar a admissão de voluntários na organização" (33%).

4.6.2 A importância das IPSS em geral no domínio do emprego

Após a análise da perceção que as IPSS estudadas tinham em relação à sua importância de atuação no domínio do emprego, consideramos também importante verificar essa perceção em relação às IPSS no geral. Da análise aos dados obtidos constata-se que esta perceção é bastante positiva, na medida em que valorizam bastante o contributo destas organizações em todos os domínios indicados. A que apresenta maior expressividade é a opção "Permite criação de oportunidades de emprego" (muito importante para 8 e importante para 5). Em seguida, as opções "Permite a criação de emprego estável " e "Contribui para a diminuição do desemprego na zona de abrangência" (em ambas 8 muito importantes e 4 importante) e "Contribui para empregar pessoas com menos qualificação" (7 muito importante e 5 importante). Por último, as capacidades para "Criar novas formas de trabalho, não remunerado" (muito importante 3 e importante 8) e "Criar emprego em áreas de atuação inovadoras" (muito importante 2 e importante 9) (Apêndice G).

Neste capítulo foram apresentados os resultados do estudo baseado num conjunto de hipóteses. Tendo em conta uma abordagem quantitativa, foi efetuada toda a análise estatística, de modo a validar ou não as hipóteses.

É possível afirmar que se corrobora a maioria das hipóteses do nosso estudo, nomeadamente: H1 - *Há uma correspondência entre a dimensão populacional das freguesias e a quantidade de IPSS que as servem*; H3 - *As IPSS do concelho de Peniche dependem de financiamento externo para o cumprimento dos seus objetivos;* H4 - *As IPSS do concelho de Peniche permitem estabilidade laboral aos seus colaboradores contratados*; H5 - *O trabalho voluntário é importante para a dinâmica das IPSS do concelho de Peniche.*

Não é possível corroborar a hipótese H2 - *As IPSS do concelho de Peniche têm serviços e equipamento suficientes para dar resposta à população do concelho.*

No ponto seguinte apresentaremos uma sistematização das principais conclusões, contributos e limitações do estudo verificadas.

Conclusões

O presente estudo foi desenvolvido com vista a contribuir para um melhor conhecimento das IPSS e para a melhoria do conhecimento científico no domínio da economia social.

No enquadramento teórico desta investigação, refletiu-se em torno do conceito de economia social, na medida em que se procurou efetuar no estudo uma leitura relativamente à realidade portuguesa. O estudo permitiu também fornecer um conhecimento importante acerca das IPSS.

A incidência empírica do estudo permitiu identificar as principais características das IPSS do concelho de Peniche. Em termos de distribuição das Instituições pelo concelho, verificamos que em todas as freguesias do concelho se encontram IPSS e que as freguesias de maior densidade populacional são também aquelas que têm mais Instituições, como é o caso da freguesia da Ajuda e de Atouguia da Baleia, ambas com 3 IPSS. Confirmou-se assim a nossa primeira hipótese de investigação - há uma correspondência entre a dimensão populacional das freguesias e a quantidade de IPSS que as servem.

A maioria das IPSS estudadas são associações e estão todas enquadradas no grupo INCPO nº4 - Serviços Sociais da Tabela de Classificação Internacional para as Organizações Sem Fins Lucrativos (ICNPO) aplicada a Portugal.

Relativamente aos serviços prestados pelas IPSS, reflete-se em termos globais uma presença maioritária em atividades relacionadas com o apoio a crianças e jovens, nomeadamente nas creches e estabelecimentos de educação pré-escolar, e apoio a idosos, principalmente no apoio domiciliário e centro de dia. No geral, as IPSS desempenham mais do que uma atividade, embora se figurem sempre de acordo com o seu fim estatuário. Estas atividades dão respostas a quase dois mil indivíduos, sendo nas creches e estabelecimentos de educação pré-escolar onde se concentra o maior número de utentes, seguido do apoio domiciliário e das equipas de rua.

No que concerne aos serviços e equipamentos que as IPSS do concelho de Peniche disponibilizam, verificou-se principalmente nos serviços e equipamentos de apoio à infância e juventude, uma lista de espera de 96 crianças para creche e de 52 crianças para o estabelecimento de educação pré-escolar. Também nos serviços e equipamentos de apoio a idosos, mais concretamente o Lar de idosos, existe uma lista de espera extensa de 178 idosos. Face ao exposto, concluímos que os serviços e equipamentos são insuficientes para dar resposta a toda a população, refutando assim a hipótese n.º 2 - As IPSS do concelho de

Peniche têm serviços e equipamentos suficientes para dar resposta à população do concelho. A maioria das IPSS do concelho de Peniche ambiciona para o futuro a construção ou a ampliação de Centro de dia, Lar de idosos e creche.

O relacionamento em parceria privilegia as autarquias, bem como as articulações com as Associações locais e empresas.

As questões da autonomia foram analisadas a partir das fontes de financiamento, tendo-se concluído que as fontes de financiamento externas assentam em acordos de cooperação e as fontes de financiamento internas se associam essencialmente a prestações pagas pelos utentes. No que concerne à autonomia financeira verificamos, assim, que as IPSS ainda dependem de outros, ou seja, necessitam de financiamento externo, o que vem corroborar a hipótese n.º 3 - As IPSS do concelho de Peniche dependem de financiamento externo para o cumprimento dos seus objetivos.

Relativamente ao emprego, as IPSS evidenciam um dinamismo para recrutar trabalhadores com vínculo de trabalhadores efetivos, ou seja, com contratos de trabalho sem termo, o que nos permite corroborar a hipótese n.º 4 - As IPSS do concelho de Peniche permitem trabalhos estáveis. As IPSS do concelho de Peniche abrangem no total 413 trabalhadores, sendo estes maioritariamente indivíduos com idades compreendidas entre os 30 e os 44 anos (52%) e entre os 45 e os 54 anos (26%), do sexo feminino (91%). Caracterizam-se também por níveis de habilitações relativamente baixos.

Um outro elemento bastante significativo, no que se refere ao trabalho nas IPSS, prende-se com a presença de voluntários em cerca de metade das entidades estudadas, destacando-se a existência de uma organização, que apenas deles beneficia para funcionar. Estas organizações enquadram no global 50 voluntários, a maioria com idades entre 30 aos 44 anos e que ocupam em média entre 5 a 9 horas semanais de tempo de trabalho. A sua participação está fundamentalmente ligada a atividades de apoio social, atividades ligadas à direção e as atividades polivalentes.

Os resultados deste estudo permitiram perceber que as IPSS têm um papel muito importante no concelho de Peniche, na medida em que complementam algumas falhas do Estado no que diz respeito às respostas sociais adequadas às necessidades concretas da população, nomeadamente na área de apoio a crianças e jovens, com as várias respostas sociais (creches e estabelecimentos de educação pré-escolar), e na área do apoio a idosos (apoio domiciliário e centro de dia).

Esta relevância das IPSS na região, por outro lado, ocorre também na área do emprego, na medida em que, como entidades empregadoras, permitem a criação de postos de trabalho necessários para as respostas que as IPSS pretendem dar, face às necessidades da população. Nesse âmbito, é de realçar tanto a importância que o voluntariado assume para estas instituições como, paralelamente, a estabilidade contratual encontrada nas IPSS estudadas, o que as torna num elemento potenciador de emprego.

Tendo em conta que a economia social é uma realidade que ainda se encontra pouco fundamentada e investigada, consideramos que este estudo se torna pertinente, na medida em que vem contribuir para um maior conhecimento desta realidade.

O concelho de Peniche, com este estudo, vai poder dispor de informação acerca das suas IPSS, permitindo ultrapassar as deficiências existentes no domínio estatístico.

Pensamos que este estudo é de evidente utilidade social, na medida em que faz a identificação sistemática de necessidades e recursos sociais, revestindo áreas consideradas importantes para o desenvolvimento social local, permitindo às entidades competentes terem uma informação de referência fundamentada.

No entanto, reconhecemos a existência de algumas limitações no estudo. Uma delas, foi a escassez de sistema estatístico no domínio das IPSS em Portugal, nomeadamente no concelho de Peniche.

Outra limitação está relacionada com o nível de profundidade atribuído à investigação: o estudo efetuado poderia ser mais aprofundado e até alargado a outras áreas geográficas. Uma metodologia de natureza qualitativa poderia ajudar a explorar melhor algumas questões que ficam por dar resposta.

Por ser uma área recente, um dos obstáculos com que nos deparámos está relacionado com a falta de bibliografia científica existente na área da economia social.

Por forma a poder contribuir para esta área do saber, considera-se de elevada importância a possibilidade de existência de uma continuidade do trabalho na área e alargamento a outras áreas geográficas, para irmos conhecendo melhor esta vertente da economia social.

Por outro lado, seria igualmente interessante poder-se desenvolver um novo estudo semelhante a este, mas aplicado a outro tipo de organizações da economia social.

Bibliografia

Almeida, Vasco (2011). *As Instituições Particulares de Solidariedade Social: Governação e Terceiro Sector*. Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra e a editora Almedina.

Andrade, António Manuel e Franco, Raquel Campos, (2007). *Economia do conhecimento e organizações sem fins lucrativos*, Porto, SPI – Sociedade Portuguesa de Inovação

Barañano, A. M. (2004). *Métodos e Técnicas de Investigação em Gestão: Manual e apoio à realização de trabalhos de investigação*. Edições Sílabo: Lisboa.

Caeiro, J. M. C., (2008). *Economia social: conceitos, fundamentos e tipologia*. Katál. Florianópolis, 61-72.

Calado, M. (1994). *Da Ilha de Peniche*. Peniche: Ed. Autor.

Câmara Municipal de Peniche (2004). *Diagnóstico Social do Concelho de Peniche*.

Câmara Municipal de Peniche (2009). *Diagnóstico Estratégico – Estratégia de Desenvolvimento e Programas de Actuação - Magna Carta de Peniche* 2025

Campos, M. C., (2005). «Economia Social, uma outra forma de empreender», *Pessoas e Lugares*, Jornal de Animação da Rede Portuguesa LEADER, Disponível em www.leader.pt Bimestral (Consultado a 10/01/2013)

Chaves, R., & Monzon, J. L. (2005). *L'économie social dans l'union européenne.* Centre international de recherches et d'information sur l'economie publique, sociale et cooperative (CIRIEC), Comité économique et social européen (CESE).

CIRIEC (2000). *As Empresas e Organizações do Terceiro Sistema – Um desafio estratégico para o emprego*. Lisboa, INSCOOP.

CIRIEC (Centro Internacional de Pesquisa e Informação sobre Economia Pública, Social e Cooperativa), (2007). *A Economia Social na União Europeia - Síntese do relatório elaborado a pedido do Comité Económico e Social Europeu*. Acedido em 03, dezembro, 2012 em w.eesc.europa.eu/resources/docs/eesc-2007-11-pt.pdf

Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade. Acedido em 10, fevereiro, 2013 em http://novo.cnis.pt/

Dal Ri, Neusa Maria (1999). *Economia Solidária: o desafio da democratização das relações de trabalho/Neusa Maria Da Ri (org*). São Paulo: Arte & Ciência.

Dalfovo, M., Samir, L., Rogério A., & Silveira, A. (2008). *Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico*. Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.2, n.4, 01-13.

Dirigir, Revista para chefias e quadros, nº 109 (jan, fev. mar) (2010). Acedido em 20, novembro, 2012 em www.iefp.pt/iefp/publicacoes/Dirigir/.../2010/DIRIGIR_109.pdf

Estivill, J. (2006). Economia Social e Terceiro Sector, Rediteia, Nº 37, pp. 3-5.

Evans, J. e Mathur A. (2005). The value of online surveys. *Internet Research*, 15(2): 195-219.

Franco, R. C. *et al.* (2005). *O Sector Não Lucrativo numa Perspectiva Comparada*, Universidade Católica Portuguesa e Johns Hopkins University.

Fernandes, L. & Gomes, J. (2003). *Relatórios de pesquisa nas Ciências Sociais - Características e modalidades de investigação*. Acedido em 22, fevereiro, 2013 em http://seer.ufrgs.br/ConTexto/article/download/11638/6840

Ferreira, S, (2000). *As organizações do terceiro sector na reforma da Segurança Social*. IV Congresso Português de Sociologia, Coimbra

Fricker, S.; Galesic, M.; Tourangeau, R.; Yan, T. (2005). An Experimental Comparison of Web and Telephone Surveys. Public Opinion Quarterly, v. 69, n. 3, p. 370-392.

Ghiglione, R., & Matalon, B. (1992). O *Inquérito - Teoria e Prática*, Oeiras: Celta Editora.

GHK – Educational, Audiovisual & Culture Executive Agency (2010). Volunteering in the European Union. Final Report. 17 February 2010. Brussels: GHL.

Graça, E. (2012), "ECONOMIA SOCIAL - um mundo de desafios estimulantes" Revista Focus Social, acedido em 06, novembro, 2012 em http://www.focussocial.eu/ opiniao.php?id=72

Hoz, Arturo (1985). *Investigacion Educativa*: Dicionário Ciências da Educação, Madrid: Ediciones Anaya, S.A.

Instituto da Segurança Social, I.P (2012). *Guia Prático – Constituição de Instituições Particulares de Solidariedade Social.*

Instituto Nacional de Estatística (2012). Acedido em 15, janeiro,2013 em http://censos. ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos_quadros

Instituto Nacional de Estatística (2012). Acedido em 16, janeiro,2013 em http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=150318107&DESTAQUESmodo=2

Jornal Oficial de União Europeia, Comité Económico e Social Europeu – 482ª sessão plenária de 11 e 12 de julho de 2012 ISSN 1977-1010 C 299 55º ano 4 de outubro de 2012

Kovács, I., Casaca, S., Ferreira, J. & Sousa, T. (2006). *Flexibilidade e crise de emprego: tendências e controvérsias.* Lisboa, SOCIUS.

Laville, J. L., Cottani, A. D., (2003). *Dictionnaire de l´autre economie*, Paris, Desclée de Brouwer.

Litvin, Stephen W.; KAR, Goh Hwai (2001). *E-surveying for tourism research: Legitimate tool or a researcher's fantasy?*, Journal of Travel Research, Boulder, v. 39, n. 3, p. 308-314.

Louis M. R. & Richard A. P. (2002). *Metodologia de pesquisa, do planejamento à execução.* São Paulo: Editora Guazzelli, Ltda.

Marques, R., Serapioni, M. & Lima, T. (2012). *Voluntariado e Emprego: similaridades e diferenças.* VII Congresso Português de Sociologia, Porto.

Ministério da Solidariedade e da Segurança Social (MSSS) - *Carta Social – Rede de Serviços e Equipamentos 2011*. Acedido em 22, fevereiro, 2013, em www.cartasocial.pt.

Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social (MSESS) - *Carta Social - Rede de Serviços e Equipamentos 2012*. Acedido em 22, janeiro, 2014, em http://www.cartasocial.pt/relatorios.php#

Mounzon, J.L. & Defourny, J. (1987). *Economia Social: entre Economia Capitalista Y Economia Publica*, Valencia – CIRIEC Espanha, p.29.

Namorado, Rui (1999). "Cooperativismo e Política Social em Portugal", *in* Barros, Carlos Pestana; Gomes, José (Orgs.). *Cooperativismo, Emprego e Economia Social em Portugal.* Lisboa: Vulgata.

Perret, N., Vinha, F., Teixeira, A. & Junqueira, L. (s.d.). *Gestão de Parcerias e Redes Sociais: em busca da gestão social eficaz.* Acedido em 10, fevereiro, 2013, em www.ead.fea.usp.br/semead/12semead/resultado/.../238.pdf

POAT/FSE (2012). *A Economia Social e a sua Sustentabilidade como Fator de Inclusão Social*. Acedido em 03, fevereiro, 2013, em www.poatfse.qren.pt/upload/docs/ Diversos/.../Relatorio%20Final.pdf

Quivy, R. e Campenhoudt, L. (1998). *Manual de Investigação em Ciências Sociais.* 2ª ed. Lisboa: Gradiva.

Rea, L. M. & Parker, R. A. (2000). *Metodologia da pesquisa.* São Paulo, Pioneira.

Reis, Linda G. (2008). *Produção de monografia da teoria à prática*. Brasilia: Senac.

Reis, M. H. G. (2003). *A economia social face às questões do emprego: A função reguladora do terceiro sector no domínio da politica económica e social,* Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão, Lisboa.

Ramos, M. C. (2011). *Economia solidária, plural e ética, na promoção do emprego, da cidadania e da coesão social.* Laboreal, 7, 81-104. Acedido em 06, janeiro, 2013 em http://laboreal.up.pt/revista/artigo.php?id=48u56oTV658223533894:245552

Romão, F. (s.d.). *Metodologia de Desenvolvimento de um Sistema de Informação para uma Instituição Particular de Solidariedade Social.* Acedido em 15, janeiro, 2013 em http://portal.ua.pt/thesaurus/default1.asp?OP2=0&Serie=0&Obra=30&H1=2&H2=2

Santos, P. M. d. (2005). «Toda a economia deveria ser solidária» – Entrevista a Rogério Roque Amaro. Pessoas e Lugares – *Jornal de Animação da Rede Portuguesa Leader*.

Santos, A. J. R. (2008), *Gestão Estratégica: Conceitos, modelos e instrumentos,* Lisboa: Escolar Editora.

Silva, M, (2010), *«Enfrentar a crise. Erradicar a pobreza – o contributo da economia social»*. Revista Sociedade e Trabalho, nº41, 101-110.

Teixeira, António (1996). *Instituições Particulares de Solidariedade Social: Aspetos da Evolução do seu Regime Jurídico.* Lisboa, Direção-Geral de Ação Social.

Vilelas, J. (2009). *Investigação: O processo de construção do conhecimento*. Lisboa: Edições Sílabo.

Legislação

Código cooperativo da lei nº51/96 de 7 de setembro, - *Alterada pelos seguintes diplomas: DL n.º 343/98 de 6 de novembro, DL n.º 131/99 de 21 de abril, DL n.º 108/2001 de 6 de abril, DL n.º 204/2004 de 19 de agosto, DL n.º 76-A/2006 de 29 de março e DL n.º 282/2009 de 7 de outubro* n.1 do artigo 2º e do artigo 4º.

Constituição da República Portuguesa (Coimbra: Almedina, 2012)

Diário da República – I série nº 52 de 3-3-1990 Artigo 1º e n.1 e n.2 do artigo 2º do código das associações mutualistas.

Decreto-lei nº 119/83, de 25 de Fevereiro, *Diário da República nº46/83 – Série I*. Ministério dos Assuntos Sociais.

Lei n. 71/98 de 3 de Novembro. *Diário da República nº254/98 – I Série A.* Assembleia da República. Lisboa.

APÊNDICES

APÊNDICE A

INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO

O presente questionário é realizado no âmbito do mestrado em Gestão de Organizações de Economia Social, ministrado pela Escola Superior de Gestão e Tecnologia de Santarém e tem como objetivo a caracterização das IPSS's – Instituições Particulares de Solidariedade Social do concelho de Peniche, quanto à sua natureza jurídica, fins estatutários, fontes de financiamento, relações interinstitucionais, atividades desenvolvidas e os recursos humanos com enfoque no voluntariado, construindo assim uma visão mais global em torno das mesmas de forma a investigar as disponibilidades de oferta que o concelho de Peniche tem no campo de intervenção social, particularmente as IPSS's – Instituições Particulares de Solidariedade Social.

Os dados recolhidos serão tratados de forma global, garantindo-se o anonimato e a confidencialidade das suas respostas.

A aluna do Mestrado em Gestão de Organizações de Economia Social da ESGTS:
Hélia Alexandra Nunes Gavino email:heliagavino@hotmail.com Tlm:963704711

1 - CARACTERIZAÇÃO DO RESPONDENTE DO INQUÉRITO

1.1 Cargo/função na instituição

Diretor(a) da Instituição ☐ Coordenador(a) ☐ Psicólogo(a) ☐ Assistente Social ☐

Outro ☐ Qual? _____

1.2 Tempo de permanência na organização

Inferior a 5 anos ☐ Entre 5 e 10 anos ☐ Entre 11 e 15 anos ☐ Superior a 15 anos ☐

2 - CARACTERIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO

2.1. Nome da organização:_____

_____

2.2. Indique a freguesia onde está localizada a organização

Ajuda ☐ Atouguia da Baleia ☐ Conceição ☐ Ferrel ☐ Serra D'El Rei ☐

S. Pedro ☐

2.3. Anos de existência da instituição

Inferior a 10 anos ☐ Entre 10 e 20 anos ☐ Entre 21 e 30 anos ☐

Entre 31 e 40 anos ☐ Entre 41 e 50 anos ☐ Superior a 50 anos ☐

2.4. Indique qual a natureza jurídica da organização

Associação ☐ Cooperativa ☐ Fundação ☐ Irmandade da Misericórdia ☐

Mutualidade ☐

2.5. Indique o fim estatutário da organização, ou seja, os interesses para a qual se constituíu e foi reconhecida? (Assinale tantos quanto necessários)

Apoio à Terceira Idade ☐

Apoio à Infância e Juventude ☐

Apoio Social e Comunitário ☐

Apoio ao cidadão portador de deficiência ☐

Apoio Social e Caritativo ☐

Promoção e Prestação de Cuidados de Saúde ☐

Promoção do Desenvolvimento Local e Regional ☐

Outra: ☐ Qual? _____

2.6. Indique qual ou quais as valências e/ou atividades oferece e qual o valor aproximado do número de beneficiários/utentes, a capacidade da organização e quantos se encontram em lista de espera.

		Nº utentes	Capacidade	Lista espera
Serviços e Equipamentos de Apoio Infância e juventude	Centro de acolhimento temporário			
	Centro de apoio familiar/aconselhamento parental			
	Centro de Atividades de Tempos Livres			
	Creche			
	Estabelecimento de Educação Pré-Escolar			
	Lar de crianças e jovens			
Serviços e Equipamentos de Apoio à Reabilitação e à Deficiência	Apoio em regime ambulatório			
	Centro de atividades ocupacionais			
	Intervenção precoce			
	Lar residencial			
Serviços e Equipamentos de Apoio a Idosos	Apoio domiciliário			
	Centro de convívio			
	Centro de dia			
	Lar de idosos			
Serviços e Equipamentos de Apoio a Toxicodependentes	Apartamento de reinserção social			
	Equipas de rua			
Outras				

2.7. A organização tem alguns projetos para o futuro?

Não ☐ Sim ☐

Se indicou sim. Qual(/quais)?

_____

_____

3 – ESTRURA ORGANIZATIVA

3.1. A organização está envolvida em parcerias institucionais de âmbito local e/ou distrital e/ou regional?

Não ☐ Sim ☐

(se respondeu não passe à pergunta 4.1)

3.2. Indique qual (/quais) a(s) entidade(s) com as quais mantêm uma cooperação mais estreita.

Outras organizações idênticas ☐ Empresas ☐ Autarquias ☐

Outros serviços locais/regionais dos organismos do Estado ☐

Associações locais ☐ Organismos representativos de utentes/beneficiários ☐

Outras parcerias: ☐ Qual (/quais):_____

4 – COMPONENTE ECONÓMICA

4.1. Indique qual/quais a(s) diferente(s) fontes de financiamento, para o normal e regular funcionamento da organização que representa.

Quotas dos Associados ☐

Receitas Próprias ☐

Acordos de Cooperação ☐

Donativos ☐

Autarquias ☐

Financiamento através de Programas Europeus e/ou Nacionais ☐

Utentes ☐

Outras fontes de financiamento ☐

Qual(/quais):_____

5 – ENQUADRAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS

5.1. Indique qual o número de trabalhadores remunerados da organização, de acordo com o vínculo de trabalho e o sexo.

Vinculo trabalho	Nº trabalhadores	Sexo	
		Feminino	Masculino
Tempo inteiro			
Contrato sem termo			
Contratados a termo			
Outros Regimes			
Tempo parcial			

5.2. Indique qual o número de trabalhadores remunerados por grupos etários.

Número de trabalhadores	Grupos de idade				
	Menos 30	30-44	45-54	55-65	Mais de 65

5.3. Refira qual o número de trabalhadores remunerados por nível de Habilitações.

Habilitações	Nº trabalhadores
Inferior ao 1º ciclo do Ensino básico	
1º ciclo do Ensino básico (4º ano)	
2º ciclo do Ensino básico (6º ano)	
3º ciclo do Ensino básico (9º ano)	
Ensino Secundário (12º ano) e cursos de Escolas Profissionais	
Ensino Superior	

5.4. A organização tem trabalhadores voluntários.

Não ☐ (Passe à questão 6.1) Sim ☐

5.5. Quantos voluntários, por grupo etário, que desenvolvem atividades na organização?

Número de voluntários	Escalões de Idade				
	Menos de 30	30-44	45-54	55-65	Mais de 65

5.6. Quanto tempo em média por semana se dedicam os voluntários do seu trabalho à Organização?

Número de voluntários	Horas de trabalho voluntário					
	< 5 h	**5h-9h**	**10h-14h**	**15h-19h**	**20h-24h**	**+ 25h**

5.8. Quais as atividades desenvolvidas pelos voluntários na organização?

Atividades ligadas a direção da organização ☐

Atividades administrativas ☐

Atividades técnicas ☐

Atividades de apoio social ☐

Atividades polivalentes ☐

Outra(s):☐ Qual (/quais)?_____

5.9. Qual a importância do trabalho voluntário para a sua organização e para os próprios voluntários?

	Muito Importante	**Importante**	**Pouco Importante**	**Nada Importante**
Complementa a ação dos profissionais remunerados				
Substitui os profissionais remunerados				
É urna vantagem porque envolve poucos encargos				
Constitui urna valorização para a organização, já que conta com a sua experiência				
Apesar de não ser remunerado é um trabalho que dá prestígio e estatuto social ao próprio voluntário				
É urna forma para aceder a futuros postos de trabalho				
Constitui uma via de inserção social				
Permite obter prática profissional e melhorar o currículo				

6 – ELEMENTOS ASSOCIADOS AO EMPREGO

6.1 Tendo como base de referência o nível de qualificação, refira qual das seguintes situações é utilizada na sua organização, quanto à remuneração dos colaboradores?

Os vencimentos são fixados em função do seu equivalente na função pública.	
Os seus vencimentos situam-se abaixo do seu equivalente na função pública.	
Os seus vencimentos seguem os níveis praticados no mercado.	
Os seus vencimentos situam-se abaixo dos níveis praticados no mercado.	
Outra situação, Qual?	

6.2. Refira qual o modo de gestão dos horários de trabalho na organização? (Assinale todas as opções com um X)

	Para todos os trabalhadores	Para muitos dos trabalhadores	Para alguns dos trabalhadores	Para nenhuns dos trabalhadores
Os horários de trabalho são flexíveis				
Existe a possibilidade de o trabalho na organização acontecer ao fim de semana				
Existe a possibilidade de o trabalho na organização acontecer durante o período de férias				
Existe a possibilidade de o trabalho exigir a deslocação à noite à organização				
Os horários de trabalho são fixos				

6.3. Relacionadas com o emprego e a organização do trabalho, quais das seguintes ações considera ser necessário implementar na sua organização, para que esta assegure os fins a que se propõe? (Assinale todas as opções com um X)

	Muito necessário	Necessário	Pouco necessário	Nada necessário	Já implementado
Facilitar a progressão na carreira					
Apostar na valorização profissional					
Melhorar níveis remuneratórios					
Contratar trabalhadores com maior habilitação					
Contratar trabalhadores com maior qualificação					
Promover uma maior extensão das funções exercidas pelo trabalhador					
Possibilitar a admissão de voluntários na organização					
Aumentar as participações nas decisões					
Outras: Quais?					

6.4. Como classifica a importância da atuação da sua organização no domínio do emprego? (Assinale todas as opções com um X)

	Muito Importante	Importante	Pouco Importante	Nada Importante
Tem a capacidade de criar emprego em áreas de atuação inovadoras				
Permite a criação de emprego estável				
Contribui para a diminuição do desemprego na zona de abrangência				
Tem a capacidade de criar novas formas de trabalho, não remunerado				
Permite oportunidades de emprego				
Contribui para empregar pessoas com menos qualificação				

6.5. Como classifica a importância das IPSS´s em geral, no domínio do emprego? (Assinale todas as opções com um X)

	Muito Importante	Importante	Pouco Importante	Nada Importante
Tem a capacidade de criar emprego em áreas de atuação inovadoras				
Permite a criação de emprego estável				
Contribui para a diminuição do desemprego na zona de abrangência				
Tem a capacidade de criar novas formas de trabalho, não remunerado				
Permite oportunidades de emprego				
Contribui para empregar pessoas com menos qualificação				

Muito obrigado pela sua colaboração.

APÊNDICE B

Modelo de ofício enviado via e-mail às IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social para colaboração no estudo

From: heliagavino@hotmail.com

To:

Subject: Investigação empírica para dissertação de mestrado "IPSS's concelho Peniche" - Pedido de resposta a questionário

Date: Mon, 14 Jan 2013 22:17:28 +0000

Exmo. (a) Senhor (a)

No âmbito do mestrado em Gestão de Organizações de Economia Social, ministrado pela Escola Superior de Gestão e Tecnologia de Santarém, no qual vamos elaborar uma dissertação, tendo como objetivo de caracterização das IPSS's do concelho de Peniche, quanto à sua natureza jurídica, fins estatutários, fontes de financiamento, relações interinstitucionais, atividades desenvolvidas e os recursos humanos com enfoque no voluntariado, construindo assim uma visão mais global em torno das mesmas de forma a investigar as disponibilidades de oferta que o concelho tem no campo de intervenção social.

Para tal solicitamos a sua participação, preenchendo um questionário dirigido a todas as IPSS's do concelho de Peniche.

A sua participação nesta investigação é voluntária e os dados recolhidos serão tratados de forma global, garantindo-se o anonimato e a confidencialidade das suas respostas.

A sua participação é muito importante para a nossa investigação.

Agradecemos que preencha o questionário que se encontra-se em anexo e posteriormente devolva por email.

Cumprimentos.

Hélia Gavino

APÊNDICE C

Quadro 31 - Gestão Horário de trabalho

		F	%	
Os horários de trabalho são flexíveis	Nenhuns	1	8%	
	Alguns	5	42%	
	Muitos	4	33%	50%
	Todos	2	17%	
Existe a possibilidade de o trabalho na organização acontecer ao fim de semana	Nenhuns	1	8%	
	Alguns	7	58%	
	Muitos	3	25%	33%
	Todos	1	8%	
Existe a possibilidade de o trabalho na organização acontecer durante o período de férias	Nenhuns	1	8%	
	Alguns	8	67%	
	Muitos	0	0%	25%
	Todos	3	25%	
Existe a possibilidade de o trabalho exigir a deslocação à noite à organização	Nenhuns	3	25%	
	Alguns	8	67%	
	Muitos	1	8%	8%
	Todos	0	0%	
Os horários de trabalho são fixos	Nenhuns	1	8%	
	Alguns	6	50%	
	Muitos	2	17%	42%
	Todos	3	25%	

Fonte: Elaboração própria

APÊNDICE D

Quadro 32 - Importância do trabalho voluntário para a sua organização e para os próprios voluntários

	N			
	Muito importante	Importante	Pouco importante	Nada importante
Complementa a ação dos profissionais remunerados	2	1	3	1
Substitui os profissionais remunerados	0	1	3	3
É uma vantagem porque envolve poucos encargos	0	3	4	0
Constitui urna valorização para a organização, já que conta com a sua experiência	7	0	0	0
Apesar de não ser remunerado é um trabalho que dá prestígio e estatuto social ao próprio voluntário	2	5	0	0
É uma forma para aceder a futuros postos de trabalho	2	3	2	0
Constitui uma via de inserção social	5	1	1	0
Permite obter prática profissional e melhorar o currículo	4	3	0	0

Fonte: Elaboração própria

APÊNDICE E

Quadro 33 - Importância da atuação da sua organização no domínio do emprego

	Muito importante		Importante		Pouco importante		Nada importante		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Tem a capacidade de criar emprego em áreas de atuação inovadoras	1	8%	6	50%	5	42%	0	0%	12	100%
Permite a criação de emprego estável	9	75%	2	17%	0	0%	1	8%	12	100%
Contribui para a diminuição do desemprego na zona de abrangência	3	25%	6	50%	3	25%	0	0%	12	100%
Tem a capacidade de criar novas formas de trabalho, não remunerado	0	0%	5	42%	6	50%	1	8%	12	100%
Permite oportunidades de emprego	6	50%	6	50%	0	0%	0	0%	12	100%
Contribui para empregar pessoas com menos qualificação	3	25%	5	42%	4	33%	0	0%	12	100%

Fonte: Elaboração própria
Nota: Apenas responderam 12 IPSS

APÊNDICE F

Quadro 34 - Ações que considera necessário implementar na organização

	Muito necessário		Necessário		Pouco necessário		Nada necessário		Já implementado		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Facilitar a progressão na carreira	1	8%	6	50%	2	17%	1	8%	2	17%	12	100%
Apostar na valorização profissional	4	33%	5	42%	3	25%	0	0%	0	0%	12	100%
Melhorar níveis remuneratórios	4	33%	7	58%	1	8%	0	0%	0	0%	12	100%
Contratar trabalhadores com maior habilitação	1	8%	5	42%	6	50%	0	0%	0	0%	12	100%
Contratar trabalhadores com maior qualificação	1	8%	6	50%	4	33%	0	0%	1	8%	12	100%
Promover uma maior extensão das funções exercidas pelo trabalhador	1	8%	4	33%	7	58%	0	0%	0	0%	12	100%
Possibilitar a admissão de voluntários na organização	1	8%	5	42%	4	33%	0	0%	2	17%	12	100%
Aumentar as participações nas decisões	1	8%	5	42%	6	50%	0	0%	0	0%	12	100%
Outras: Quais?												

Fonte: Elaboração própria

APÊNDICE G

Quadro 35 - Importância da atuação das IPSS em geral no domínio do emprego

	Muito importante		Importante		Pouco importante		Nada importante		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Tem a capacidade de criar emprego em áreas de atuação inovadoras	2	15%	9	69%	2	15%	0	0%	13	100%
Permite a criação de emprego estável	8	62%	4	31%	1	8%	0	0%	13	100%
Contribui para a diminuição do desemprego na zona de abrangência	8	62%	4	31%	1	8%	0	0%	13	100%
Tem a capacidade de criar novas formas de trabalho, não remunerado	3	23%	8	62%	2	15%	0	0%	13	100%
Permite oportunidades de emprego	8	62%	5	38%	0	0%	0	0%	13	100%
Contribui para empregar pessoas com menos qualificação	7	54%	5	38%	1	8%	0	0%	13	100%

Fonte: Elaboração própria